















Reinventar a Europa

Um ano de pensamento político em artigos de opinião

Maria da Graça Carvalho



Índice

Prefácio / Nota introdutória	9
Capítulo 1: O Triângulo do Conhecimento – Educação, ciência, Inovação	12
O regresso às raízes da universidade	
17/10/2019 in Observador	16
"Transgénicos" e GMO não são sinónimos. O caso CRISPR-Cas9	
08/11/2019 in Observador	18
Maria de Sousa, uma amiga na Ciência	
21/04/2020; Observador	19
Conhecimento é poder	
01/05/2020 in Semanário Sol	21
Aconselhamento científico: um suporte das democracias	
23/05/2020 in Público	22
A Europa precisa de coerência entre meios e ambições	
29/05/2020 in Dinheiro Vivo	23
European Union - A strong budget in Science and Innovation to boost growth and create jobs	
19/06/2020 in Público (EN version)	24
União Europeia – um orçamento forte na Ciência e Inovação para impulsionar	
o crescimento e criar empregos	
19/06/2020 in Público (versão PT)	26
Preparar as novas gerações para os para os desafios de um mundo em mudança	
29/06/2020 in Dinheiro Vivo	27
O futuro nos passos de Sá Carneiro	20
01/08/2020 in Expresso	29

Capítulo 2. O Digital e outras revoluções	30
Broadening the EU's strategic autonomy	
30/03/2020 in The Parliament Magazine	34
Uma janela para o mundo	
03/04/2020 in Jornal Económico	35
Viewpoint: We need a European Health Data Space to tackle COVID-19	
09/04/2020 in Science Bussiness	36
Setores culturais e criativos, uma prioridade do plano de recuperação económica da UE	
11/08/2020 in Eco Sapo	37
Humane artificial intelligence	
07/09/2020 in Parliament Magazine	39
Addressing the ethical and social implications of Artificial Intelligence	
28/09/2020 in Parliament Magazine	40
Estaria Obama a ser sexista ao dizer que as mulheres são melhores do que os homens?	
06/01/2020 in Dinheiro Vivo	41
Pelo equilíbrio de género nas administrações das empresas	
28/08/2020 in Dinheiro Vivo	42
"A Laurinda estuda nos computadores"	
29/09/2020 in Dinheiro Vivo	44
O fosso digital é a nova discriminação de género do século XXI	
28/10/2020 in Público	45
Capítulo 3. A Transição Verde	46
European Green Deal: a Europa como exemplo para o mundo	
01/12/2019 in Dinheiro Vivo	50
COP: A cimeira dos governos também já é das pessoas	
17/12/2019 in Público	51
Product policy efficiency is a good deal	
08/01/2020 in European Energy Innovation	52
Gás natural: de nova "porta da entrada" da Europa à saída pelas traseiras	
24/01/2020 in Dinheiro Vivo	53
Porque devemos ajudar a indústria na transição verde	
03/02/2020 in Dinheiro Vivo	54

A terra das oportunidades

04/04/2020 in Registo	56
Capítulo 4. Pandemia e pós-globalização	58
Devemos saber ler os sinais do caso Thomas Cook	
08/11/2019 in Barlavento	62
Combater o vírus da incerteza na saúde e na economia	
25/03/2020 in Público	63
Por uma globalização sustentável	
27/03/2020 in Dinheiro Vivo	64
Que estratégia industrial após o COVID-19?	
24/04/2020 in Revista Indústria	65
Uma vacina para todos os males	
01/05/2020 in Dinheiro Vivo	67
Aviação: brincar com a segurança	
06/06/2020 in Expresso	68
Cuidadores: por uma Estratégia Europeia	
14/07/2020 in Público	68
Cimeira Europeia: A UE é muito mais do que uma fonte de financiamento	
22/07/2020 in Observador	70
Por uma Europa maior do que a soma das suas partes	
31/07/2020 in Dinheiro Vivo	71
Testes rápidos da covid-19 podem ser "livre-trânsito" para a normalidade	
20/09/2020 in Público	72
Resolver o presente a pensar o futuro	
07/10/2020 in Observador	73
The risk of picking winners	
20-10-2020 in The European Files	74
Recuperação económica e estratégia industrial europeia	
22-10-2020 in Ingenium	76
Contratos públicos: uma defesa para os contribuintes	
23-10-2020 in Jornal Económico	80





Uma janela com vista para Bruxelas

Numa eleição para o Parlamento Europeu os cidadãos estão a escolher quem os irá representar em Bruxelas nos próximos cinco anos. No entanto, muito do que os eurodeputados fazem e defendem ao longo da legislatura acaba por não transparecer em Portugal.

Os temas em Bruxelas são inúmeros - não só no Parlamento como na Comissão e no Conselho Europeu - e os correspondentes da imprensa nacional são poucos e extremamente ocupados. Relatórios, perguntas escritas, votações, intervenções em plenário, diferentes eventos organizados, são exemplos de atividades dos eurodeputados que nem sempre têm eco. Mesmo quando - e isso acontece com grande frequência - estão diretamente relacionadas com questões que mais cedo ou mais tarde irão ter impacto no país.

Esta falta de acesso à informação é negativa para o próprio Parlamento Europeu porque, como os números da participação em eleições europeias têm vindo a demonstrar, cria uma impressão errada do trabalho que ali é desempenhado e dos poderes deste órgão, os quais são amplos e muitas vezes decisivos, desde a escolha de quem lidera a Comissão Europeia à participação na definição de políticas e legislação nas diferentes áreas, sem esquecer a aprovação ou não dos orçamentos comunitários.

Mas a escassez de informação é particularmente penalizadora para os próprios eleitores, os quais são muitas vezes "surpreendidos" por "decisões vindas de Bruxelas" que, na realidade, já vinham a ser ponderadas, negociadas e debatidas publicamente há muito tempo. Sem que os temas cheguem aos cidadãos através dos meios de comunicação de massas, a sua capacidade de acompanhar e até de influenciar o trabalho dos seus representantes fica condicionada.



Uma forma de contrariar este estado de coisas é através de artigos de opinião. Neste meu regresso ao Parlamento Europeu, tive a felicidade de encontrar vários órgãos de comunicação social que, de forma regular ou ocasional, me têm dado oportunidade de partilhar o que penso e o que vou fazendo em relação ao presente e ao futuro da União Europeia e de Portugal. O resultado dessas reflexões são estes quarenta artigos, publicados ao longo de cerca de um ano, entre 2019 e 2020, agora recolhidos neste livro.

Agradeço a Dinheiro Vivo, Público, Expresso, Semanário Sol, Observador, Jornal Económico, Registo, Barlavento, Eco Sapo, Parliament Magazine, Science Business, European Energy Innovation, The European Files e Ingenium por terem considerado os meus pensamentos dignos de figurarem nas suas páginas.

Três destes artigos foram assinados em coautoria: "União Europeia - um orçamento forte na Ciência e Inovação para impulsionar o crescimento e criar empregos" (19/06/2020 in Público), com Mariya Gabriel, Comissária Europeia para a Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude; "Cuidadores: por uma Estratégia Europeia" (14/07/2020 in Público), com Frances Fitzgerald, eurodeputada e ex-vice-primeira-ministra irlandesa; e "Viewpoint: We need a European Health Data Space to Tackle COVID-19" (09/04/2020 in Science Business), com as eurodeputadas Maria Manuel Leitão Marques, Chrysoula Zacharapoulou e Alexandra Geese.

Maria da Graça Carvalho com Ursula von der Leyen, atual presidente da Comissão Europeia (Outubro de 2019)

Neste livro optou-se por uma organização em quatro capítulos, os quais, de alguma forma, refletem os grandes temas a que mais atenção tenho dedicado nesta legislatura: O Triângulo do Conhecimento – Educação, Ciência e Inovação; O Digital e outras Revoluções; A Transição Verde; e Pandemia e Pós-globalização.

A eurodeputada com o músico português António Zambujo e o historiador Florival Baiôa durante a visita do grupo "Beja Merece +" (Novembro de 2019)



Contudo, como facilmente se constatará, os assuntos são vastos e muito variados, abrangendo desde temas de Ciência e Inovação a políticas públicas, desde o digital a questões de género e à defesa dos consumidores, não esquecendo o combate às alterações climáticas e, claro, a pandemia de COVID-19 que marcou este ano de 2020.

A minha expetativa é que, quem ler este livro, possa encontrar nesta diversidade a coerência com a qual procuro estar na vida política, e o sentido de dever que me é exigido pela minha condição de representante dos cidadãos. Dos Portugueses e de todos os europeus.









esde os meus tempos de aluna do ensino primário, numa pequena escola de Beja, formei a convicção de que, na vida, somos o que aprendemos e o que fazemos com essa aprendizagem. Essa certeza não só tem marcado o meu percurso de vida como a forma como olho para o mundo, como leio os seus problemas e desafios, e como tento contribuir para que se encontrem soluções.

Não é por isso estranho que, neste meu regresso ao Parlamento Europeu, tenha dedicado tanto tempo e energia à defesa do investimento no conhecimento, em todas as suas vertentes: a educação, a ciência e a inovação. Tal como o fiz nas minhas passagens pela Comissão Europeia e pelo governo de Portugal.

É apostando no ensino, do pré-escolar ao superior, que se assegura a mobilidade social, a qualificação da população ativa e o crescimento económico. É através da investigação científica, incluindo da ciência fundamental, que se encontram respostas para os problemas da humanidade, desde as doenças à necessidade de assegurar um futuro mais sustentável para todos nós neste planeta, sem comprometer os ganhos de qualidade de vida dos cidadãos. É através da inovação que se transformam estas respostas em soluções concretas, em benefício de todos.

Neste primeiro capítulo, estão reunidos os diversos artigos com os quais, ao longo do ano, fui procurando sensibilizar cidadãos, decisores políticos, indústria e atores económicos para a importância deste primado do conhecimento. Universidades, edição genética, aconselhamento científico e financiamento da ciência são alguns dos temas aqui abordados.

O regresso às raízes da universidade

17/10/2019 in Observador

"Não se pode exigir às instituições capacidade de adaptação sem as dotar da margem de que precisam. São necessárias mudanças no ensino superior, que muitas vezes é "prisioneiro" das próprias regras."

ngenharia Aeroespacial, do Instituto Superior Técnico (IST), voltou neste ano a registar a nota de ingresso no ensino superior mais alta do país, com o último colocado a entrar com uns impressionantes 18,95 valores. O que torna este curso tão atrativo? Será que todos os melhores alunos das áreas tecnológicas têm a ambição de fazer carreira nas indústrias aeronáutica ou aeroespacial? Ou há outros ingredientes que pesam na altura de tomar uma decisão?

Uma dica para facilitar a resposta: mesmo a nível mundial, as vagas nestes setores não são assim tão abundantes. Porém, tanto quanto sei, não há registo de um único diplomado deste curso que, nos últimos dezassete anos, tenha ficado em situação de desemprego involuntário. Pelo contrário: a dificuldade dos professores é convencerem os estudantes a não aceitarem ofertas de emprego demasiado cedo, para não se distraírem das aprendizagens.

Parte dos alunos escolhem este

curso por vocação para aquelas áreas específicas. Mas arrisco-me a dizer que uma ampla maioria o faz por saber que irá ter uma formação de excelência, exigente, abrangendo um leque alargado de competências altamente pretendidas, com uma forte base de Matemática, Física e Programação. E que, no final, não lhe faltarão opções de carreira.

Falo de Engenharia Aeroespacial porque está na ordem do dia, e porque é um curso cujo sucesso me dá particular satisfação. Enquanto presidente do conselho científico do IST e professora do departamento de Engenharia Mecânica, trabalhei bastante para que esta formação fosse criada, em 1991. Mas poderia citar mais exemplos de cursos, noutras instituições e em diferentes áreas, que dão aos seus diplomados várias janelas para o futuro. Tanto pelas bases sólidas que lhes transmitem, como pela capacidade de adaptação que lhes incutem. O desafio é fazer regra dessas exceções.

Estudar compensa sempre, tanto no acesso ao emprego como no patamar salarial a que se pode aspirar. E em Portugal essa correlação é particularmente evidente. Porém, precisamente pela relevância que tem como motor do progresso, individual e da própria sociedade, o ensino superior não pode deixar de corresponder às exigências dos nossos tempos. E a flexibilidade é um desses novos requisitos.

Hoje, um estudante que termina o seu percurso académico tem como ponto praticamente assente que terá de continuar a estudar ao longo da vida, para acompanhar as exigências do mercado de trabalho e a evolução do conhecimento. Está convencido de que dificilmente terá um "emprego para a vida". Sabe que existem mesmo fortes possibilidades de vir a mudar de área ao longo do seu percurso profissional. E em muitos casos, além de ter consciência de tudo isto, até o deseja. Porque o seu próprio projeto de vida reflete a geração a que pertence.

O que esperam estes estudantes, nascidos num mundo tecnológico em constante e acelerada transformação, são cursos que lhes deem uma excelente preparação teórica e prática para entrarem com sucesso no mercado de trabalho. Mas também uma formação que lhes garanta um repertório de competências suficientemente vasto - incluindo as chamadas "soft skills", como a capacidade de comunicação e a adaptabilidade - para poderem refazer o seu percurso as vezes que sejam necessárias. E as expetativas dos empregadores não diferem muito.

Conceitos como a "multidisciplinaridade", a "aprendizagem holística", a substituição da tradicional "disciplina" por "temas" alargados que conjugam várias áreas do conhecimento, opções de "formação customizada" em alternativa aos cursos fechados, integram-se nesta resposta que é preciso dar à sociedade. E, por muito disruptivos que possam parecer a alguns, estão intimamen-



Maria da Graça Carvalho e Pilar del Castillo (Partido Popular Europeu - PPE), durante uma Sessão Plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo (Novembro de 2019)

te ligados à raiz da própria palavra "Universidade": o "universo", "tudo", o saber universal. No fundo, de uma certa forma, o objetivo é regressar a essa essência.

Um dos equívocos mais comuns é imaginar que esta visão do ensino superior nos conduz para uma espécie de cursos de "Cultura Geral", onde se aprende um pouco de tudo sem se ficar a saber o suficiente de nada. O primeiro critério será sempre a qualidade de base das formações. E o que está em causa é conjugar conhecimentos, não os tratar a todos pela rama, o que implica um esforço acrescido por parte das instituições, mas também dos estudan-

tes. O que estes ganham, além de opções para o futuro, é preparação em áreas de importância transversal que muitas vezes são inexistentes nos currículos mais tradicionais de determinados cursos.

Hoje em dia já ninguém contesta a importância crucial de, independentemente da área de estudo, ter competências sólidas nas chamadas Tecnologias da Informação e da Comunicação. Mas há outros exemplos menos óbvios. A Filosofia, disciplina estruturante do pensamento, pode e deve ser ensinada, com especial ênfase na ética, em todas as áreas. Nomeadamente naquelas que conduzem a profissões, desde médicos

a programadores, que lidam com informações sensíveis como dados pessoais.

Contudo, não se pode exigir às instituições flexibilidade e capacidade de adaptação sem as dotar da margem de que precisam. São necessárias mudanças no próprio sistema do ensino superior que muitas vezes é "prisioneiro" das próprias regras.

No PSD, o Conselho Estratégico Nacional, onde coordeno o grupo do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, elaborou um conjunto de propostas para o setor que visam precisamente dar às universidades e politécnicos a margem de que neste momento não dispõem para corresponderem às novas exigências.

Propostas que contemplam medidas promotoras de estabilidade, como um programa-quadro de financiamento plurianual, com níveis de financiamento e metas bem definidas. Incentivos às instituições para que estas ofereçam percursos académicos flexíveis, com formação fundamental holística e multidisciplinar, reflexão humanista em todos os cursos e competências digitais transversais. Criação de um sistema de aconselhamento científico, promovendo a participação das instituições nas decisões políticas. Maior ligação à sociedade civil e ao tecido empresarial. E uma revisão dos diferentes regimes jurídicos e estatutos de carreira do ensino superior.

Esperemos que algumas destas ideias possam servir de inspiração à

Assembleia da República e ao governo, numa altura em que damos início a um novo ciclo legislativo.

"Transgénicos" e GMO não são sinónimos. O caso CRISPR-Cas9

08/11/2019: in Observador

"Para se falar num transgénico o organismo tem sempre de receber ADN externo de forma a adquirir nova caraterísticas. Mas há outros GMO que não implicam estas combinações de genes, antes "gene editing"."

m salmão do Atlântico que cresce ao dobro do ritmo habitual da sua espécie graças a caraterísticas "emprestadas" pelas fanecas. Um gato que é imune ao equivalente felino do HIV, devido a genes obtidos do macaco Rhesus, e tem ainda a particularidade de brilhar no escuro, porque os cientistas utilizaram como marcador outro gene associado à luminescência de certas alforrecas. Trigo resistente a herbicidas graças aos genes de bactérias. Arroz com betacaroteno, um pigmento com propriedades antioxidantes, que ocorre naturalmente em certos legumes, como a cenoura e a abóbora, ou em frutas como a manga e o mamão.

Quando pensamos em organismos geneticamente modificados (GMO), estes são alguns dos exemplos que nos ocorrem mais facilmente, porque são também os que chegam às páginas dos jornais e aos noticiários. Inovações que parecem saídas dos livros de ficção científica, com um potencial extraordinário, mas também implicações, tanto no plano ético como em termos de saúde pública, que obrigam a um permanente escrutínio e à existência de legislação clara e rigorosa.

No que respeita aos GMO, a União Europeia tem sido um exemplo para o resto do mundo pela forma como criou e implementou um quadro legal que protege as suas populações e os seus recursos naturais de possíveis abusos cometidos em nome da ciência. E essa ética deve ser mantida, ainda que por vezes signifique competir em condições desiguais, nomeadamente no setor agrícola. com mercados mais liberais. Mas ser rigoroso não significa ser inflexível. E a Europa deve também estar preparada para rever a sua legislação quando evidências suportadas por investigação científica sólida e independente demonstrarem que faz sentido dar esse passo.

Todos os exemplos dados no início deste texto dizem respeito a GMO. Mas todos dizem também respeito a transgénicos. E é importante sublinhar esta dupla condição porque os dois termos não são sinónimos. Para se falar num transgénico, o organismo tem sempre de receber ADN



Maria da Graça Carvalho com Sanna Marin, atualmente primeira-ministra da Finlândia (Julho de 2019)

externo – da própria espécie ou de espécies distintas –, de forma a adquirir nova caraterísticas. Mas há outros GMO que não implicam estas combinações de genes, e cujo desenvolvimento é comparativamente muito mais simples, preciso e, sobretudo, previsível.

Desde o início desta década, tem vindo a desenvolver-se a ritmo acelerado um processo conhecido por gene editing (edição genética), o qual, tal como o nome sugere, consiste em atuar diretamente em zonas específicas da cadeia de ADN. de forma a eliminar ou potenciar caraterísticas pré-existentes. Não obriga ao recurso a qualquer material genético externo. Para fazer uma analogia necessariamente simplista, podemos imaginar um realizador que, terminada a rodagem do seu filme, se senta com o editor num estúdio de forma a dar à sua obra a sequência desejada. suprimindo ou reduzindo as cenas que comprometem o fio da narrativa, valorizando aquelas que melhor permitem passar a mensagem.

O método de gene editing em que os cientistas veem maior potencial, é conhecido por CRISPR-Cas9. Neste método - mais uma vez dito de uma forma simples, porque a sua explicação detalhada não caberia nestas páginas -, a "edição" é tornada possível por uma enzima de restrição (ou endonuclease de restrição), que tem a particularidade de conseguir cortar a molécula de ADN no ponto desejado, através do reconhecimento de sequências específicas.

O potencial é imenso, indo muito além da indústria agroalimentar. Torna possível equacionar um futuro em que doenças hereditárias, das mais raras a diversos tipos de cancro ou à tendência para a hipertensão arterial, são eliminadas antes do nascimento. Ou seja: permite corri-

gir anomalias genéticas. Erros cometidos pela própria natureza. E o facto de consistir numa ação sobre o ADN existente, feita de uma forma muito minuciosa, reduz radicalmente o risco de efeitos indesejados.

Tratar esta tecnologia com as mesmas restrições que se aplicam aos transgénicos será um enorme erro estratégico e de avaliação. No entanto, é precisamente isso que a União Europeia está a fazer nesta fase. Perante a legislação existente, como tornou clara uma recente posição do Tribunal de Justiça da União Europeia, o gene editing merece exatamente o mesmo tratamento que o desenvolvimento de transgénicos.

Mas há um movimento em curso para mudar essa realidade. Na Comissão Europeia, sobretudo graças ao impulso do Comissário Carlos Moedas, através do Mecanismo de Aconselhamento Científico, tem sido feito um trabalho importante de envolvimento da comunidade científica no processo de decisão. E o CRISPR-Cas9 foi precisamente uma das tecnologias sobre as quais estes peritos foram consultados. A conclusão a que chegaram é que os potenciais benefícios justificam amplamente uma revisão do atual quadro legal.

O Grupo Europeu de Ética está, em paralelo, a desenvolver uma opinião sobre as implicações éticas do gene editing. E já existem no Parlamento Europeu inúmeros deputados fortemente empenhados em promover um trabalho conjunto das diferentes instituições europeias sobre esta matéria.

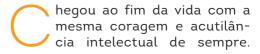
Não se trata de desregular. Mesmo sem o recurso a combinações de ADN, o gene editing poderá sempre prestar-se a utilizações abusivas, tanto na indústria agroalimentar como em termos de saúde humana. Mas não devemos tratar de forma igual o que é diferente.

Sobretudo numa época em que somos confrontados com enormes desafios – o maior dos quais a necessidade de combater as alterações climáticas preservando na medida do possível o nosso estilo de vida –, as decisões políticas devem basear--se em evidências científicas sólidas e não em interesses sectoriais ou preconceitos ideológicos.

Maria de Sousa, uma amiga na Ciência

21/04/2020; in Observador

"Tive a sorte de a poder chamar de amiga. Uma amizade que começámos a moldar quando me dedicava a tempo inteiro ao ensino e à investigação, e que conseguimos preservar após a minha entrada na política."





A eurodeputada Maria da Graça Carvalho faz a abertura num evento no Parlamento Europeu (Janeiro de 2020)

Despediu-se com um poema, uma "carta de amor", agora revelada, em que nos convocava a vivermos por ela, a depositar em nós a "esperança" da sua continuidade.

A forma como esta mulher da ciência se despediu do mundo só surpreenderá quem nunca a conheceu. Imunologista, sempre muito à frente do seu tempo, Maria de Sousa foi alguém que construiu a carreira à qual a maioria dos cientistas nem se atrevem a aspirar, sem nunca perder a capacidade de se questionar. Consagrada, jubilada, nunca parou de vibrar com os feitos das novas gerações de investigadores. Ativis-

ta contra os cinismos, calculismos, oportunismos, nunca perdeu a fé, quase religiosa, na bondade intrínseca da natureza humana.

Tive a sorte de a poder chamar de amiga. Uma amizade que começámos a moldar quando também eu me dedicava a tempo inteiro ao ensino e à investigação, e que conseguimos preservar após a minha entrada na política, apesar da sua profunda oposição à interferência das instituições na independência da atividade científica e da academia. Não éramos próximas politicamente, mas a crença comum na ciência, na sua importância fundamental para

o avanço da humanidade, foi um elo que nunca se quebrou.

Nos últimos anos, geograficamente distantes, alimentávamos essa amizade sobretudo através de longos emails onde invariavelmente falávamos de política científica, de financiamento, da independência e espírito crítico que sempre considerou fundamentais para que os jovens investigadores atingissem o potencial que neles via.

Já doente, com outros motivos de saúde que a obrigavam a sessões regulares de tratamento, continuava a refletir, a questionar, a desafiar. Numa dessas nossas conversas, enviou-me um longo email que terminava informando-me que tinha de se despedir, porque já estava atrasada para o hospital. Só mesmo após essas sessões parava momentaneamente de escrever. Mas voltava sempre. Com a mesma energia.

"Em tempo de paz, espera-se da Ciência que se dedique à prática e defesa de causas nobres, individuais e coletivas", escreveu numa mensagem enviada para uma reunião sobre Ciência que organizámos no Conselho Estratégico Nacional (CEN), a 16 de fevereiro, onde já não conseguiu estar presente. "As causas individuais incluem a liberdade, a criatividade, o direito ao conhecimento, o direito de perguntar, o direito de duvidar. As causas coletivas incluem a proteção e cuidado da saúde humana, a proteção das outras espécies, desde os insetos às árvores, às aves, aos outros animais, sem excluir, lembrando Francisco de Assis e a NASA, a Lua, o Sol, a água, as estrelas e outras galáxias (...)".

Abominava a vaidade, recusando-a para si e repudiando-a nos outros, ao ponto de ter entrado algumas vezes em choque com pessoas que admirava e que a admiravam. No meu caso, julgo que via em mim alguém que poderia influenciar positivamente. E esse era o melhor elogio que me poderia fazer.

Numa ocasião, tendo eu sido nomeada vice-coordenadora da Comissão Ciência, Inovação, Indústria, Energia, Telecomunicações e Digitalização, enviou-me um email com os parabéns, mas onde logo confessava o seu desencanto com o rumo que a política científica europeia estava a seguir: "A Ciência, que deveria ser a raiz de todas as outras coisas. passou a ser uma delas. Não sei portanto se se vai dissipar na Europa, se vai florir só em universidades como Oxford, onde pequenas bolsas serão criadas para financiar pequenos projetos criativos e prometedores pela força da sua originalidade", disse. "A minha esperança consigo", terminou, "é que se perqunte sempre que tenha oportunidade: 'E o que há de diferente e original nessa avenida?".

A minha esperança, querida Maria de Sousa, é poder honrar o seu exemplo, nunca deixando de me colocar essa pergunta.

Conhecimento é poder

01/05/2020: in Semanário Sol

om o Parlamento Europeu sujeito às regras do confinamento, tivemos esta semana uma sessão da Comissão ITRE (Indústria, Investigação, Energia) feita a partir de casa. Debatemos um relatório legislativo que preparei, sobre a Agenda Estratégica do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT). Em vez de me dirigir a uma plateia de eurodeputados, falei para um monitor, e do outro lado surgiram os meus colegas - políticos consagrados, vários ex-ministros e alguns ex-primeiros-ministros -, vestidos "à civil" e enquadrados pelos seus quadros, as suas estantes cheias de livros e recordações, as suas fotoarafias de família."

Por esta altura, vamo-nos habituando a esta forma de trabalhar, ao novo "normal" ditado pela crise do coronavírus. Mas as discussões de relatórios legislativos tendem a ser momentos de alguma solenidade. Esta é a primeira vez que se faz assim todo o debate de um documento desta natureza. Em certa medida, somos o "projeto-piloto" de uma metodologia a manter por vários meses.

Dei-me por mim a pensar que aquela reunião era o enquadramento ideal para o tema em causa. Estávamos, no fundo, a fazer aquilo que esperávamos da instituição cujo futuro discutíamos: a pegar em inovações tecnológicas, resultantes de excelentes ideias, discussão, investigação, e a utilizá-las para ultrapassar obstáculos, de forma a continuarmos a servir a sociedade.

O EIT, parte do programa-quadro da Ciência (atualmente Horizonte 2020, em breve Horizonte Europa). é uma instituição autónoma que se organiza de uma forma muito específica. O seu orçamento, que deverá atingir os três mil milhões de euros no próximo programa-quadro, apoia todos os pilares do chamado Triângulo do Conhecimento: Educação, Investigação, Inovação. Isto significa envolver nos projetos todos os que participam na transformação de uma boa ideia numa solução: universidades, centros de investigação e empresas. A distribuição dos projetos também obedece a uma ordem específica: existem diferentes Comunidades de Inovação e Conhecimento (KICs), dedicadas a áreas como a Saúde, o Digital, a Energia, o Clima as Matérias-Primas

Nessa reunião, em conjunto com a minha colega Marisa Matias, que tem a cargo um relatório autónomo sobre o regulamento da instituição, apresentei um conjunto de emendas destinadas a dar uma resposta concreta à crise do coronavírus. Em particular, através da KIC da Saúde, que poderá ter um papel muito importante no esforço para o desenvolvimento de uma vacina e de terapias;

e do Digital, que nos pode dar novas ferramentas para trabalhar, ensinar, estudar, conviver à distância, e desenvolver sistemas que tornem o comércio eletrónico mais seguro.

As restantes emendas do relatório baseiam-se em três ideias fundamentais: equilíbrio, sustentabilidade e simplificação. Queremos promover uma distribuição geográfica mais abrangente das KICs, incentivando a participação de regiões sub-representadas, das pequenas e médias empresas, procurando a excelência em toda a parte e não apenas nas áreas mais ricas de alguns países. Queremos valorizar o papel



A eurodeputada na abertura da 11ª edição da Cimeira Europeia da Inovação, promovida pela plataforma Knowledge for Innovation (K4I) (Fevereiro de 2020) da Educação; promover a paridade de género nas equipas; dar às instituições as melhores condições, em termos de acesso aos apoios e de interação com outras fontes de financiamento públicas e privadas, para que os seus projetos tenham sucesso. Porque o triunfo das boas ideias faz o mundo avançar. Como disse Francis Bacon, na frase que dá o título a esta crónica: "conhecimento é poder".

Aconselhamento científico: um suporte das democracias

23/05/2020: in Público

"O aconselhamento científico não equivale a uma espécie de tecnocracia em que as decisões são tomadas por um grupo de especialistas. Mas, se não contarmos com ele, teremos mais decisões erradas."

lém de médicos, enfermeiros e assistentes hospitalares – na primeira linha do combate ao coronavírus –, estes tempos de pandemia trouxeram-nos outros protagonistas habitualmente afastados dos holofotes. Epidemiologistas, virologistas, imunologistas e outros especialistas de diferentes áreas têm assumido um papel muito importante nesta crise, funcionado

como um suporte essencial do poder político, ajudando-o a tomar as melhores decisões. Em alguns casos, bem conhecidos, como o Reino Unido ou os Estados Unidos, convencendo-o mesmo a reverter medidas e intenções potencialmente perigosas.

Em geral, o seu contributo tem sido bem recebido, nomeadamente pela população, que, num período marcado pela incerteza, tem mostrado respeitar e valorizar decisões assentes em conhecimento sólido. Mas nem sempre. Há quem considere que lhes está a ser atribuído demasiado poder face a outros grupos representativos da sociedade. Esse receio, a meu ver, resulta de um equívoco em relação ao que é o aconselhamento científico e o papel que este desempenha nas sociedades modernas

O aconselhamento científico não equivale a uma espécie de tecnocracia em que as decisões são tomadas por um grupo de especialistas. O seu papel é de suporte. O conselho será sempre ponderado considerando as implicações éticas da medida e as restrições, orçamentais, mas não só, da aplicação da mesma. As decisões resultantes da avaliação de todos estes fatores devem depois ser sempre explicadas aos eleitores, principalmente quando não coincidem com o proposto pelos especialistas.

A tradição de recorrer a cientistas nas tomadas de decisão não começou com o coronavírus. Está presente há muito na prática política, tendo começado a enraizar-se nos países anglo-saxónicos, estendendo-se depois, com variantes, ao resto do mundo.

Em países como o Reino Unido, a Austrália e a Nova Zelândia tende a ser mais individualizada, centrada num rosto, uma figura de mérito reconhecido, que confere credibilidade. Noutros países, como Portugal, onde não existe esta figura do conselheiro principal, esse papel cabe a grupos de especialistas, por via de institutos públicos, comités de conselheiros, academias e sociedades científicas. Há ainda casos, como o da Alemanha, em que os dois modelos começam a coexistir.

A própria Comissão Europeia sempre teve uma tradição de aconselhamento científico, sobretudo centrada em comités de aconselhamento. O antigo presidente da Comissão, Durão Barroso, nomeou a primeira Chief Scientific Advisor, a professora Anne Glover. Carlos Moedas, o anterior comissário europeu da Ciência e Inovação, criou um mecanismo de aconselhamento científico (em cuja construção também trabalhei durante três anos, na Comissão), com sete conselheiros. Entre eles, a portuguesa Elvira Fortunato.

Quanto a Portugal, apesar de como referi já existir esta tradição, só tem a ganhar em valorizar cada vez mais o aconselhamento científico. Em todas as áreas. Em janeiro de 2019, o Conselho Estratégico Nacional (CEN) do PSD publicou um docu-

mento intitulado: "Ensino Superior - Uma Estratégia para a Década". E vale a pena recordar o que lá se dizia, um ano antes do coronavírus, sobre o aconselhamento em políticas públicas: "Nos dias de hoje, em que os decisores políticos são na maior parte das vezes confrontados com assuntos de extrema complexidade (por exemplo, decisões face ao desenvolvimento de novas pandemias, novas ameaças relacionadas com a qualidade alimentar), a evidência científica assume um papel primordial."

O aconselhamento científico não vai substituir os representantes democraticamente eleitos dos cidadãos nas tomadas de decisão. Mas, se não contarmos com ele, teremos mais decisões erradas.

A Europa precisa de coerência entre meios e ambições

29/05/2020: in Dinheiro Viuo

s planos orçamentais da Comissão Europeia para os próximos sete anos, apresentados no dia 26 de maio, geram sensações contraditórias. Por um lado, entre Quadro Financeiro Plurianual e Plano de Recuperação do COVID-19, o envelope financeiro ascende a 1,85 bilhões de euros, o que representa uma melhoria glo-

bal assinalável face ao que era anteriormente estimado. Por outro, num conjunto significativo de áreas, não é possível descortinar os meios com os quais o executivo de von der Leyen pretende concretizar as suas ambições.

Entre os compromissos mais firmes está um plano especifico para a área da Saúde, destinado a melhorar a resposta em termos de medicamentos, equipamento e conhecimento, para fazer face a esta pandemia e preparar futuras crises. Ascende a 9,4 mil milhões de euros, um valor 23 vezes superior ao que a Comissão tinha no orçamento europeu de 2014-20.

Igualmente decidida - e inovadora é a proposta da Comissão de ir aos mercados, oferecendo os seus próprios orçamentos como garantia, para recolher até 750 mil milhões de euros para apoiar os estados-membros no período de recuperação. Isto, sendo que, deste valor, 500 milhões serão entregues a fundo perdido. É uma medida que ainda terá de passar pelo crivo do Conselho Europeu, sendo conhecidas as objeções do chamado grupo dos países frugais, mas poucos duvidarão de que se trata de um passo necessário e no bom sentido.

As coisas ficam menos claras quando entramos nos pilares estratégicos desta Comissão, que a própria continua a assumir como motores para a sustentabilidade e competitividade futura da economia Europeia. O Green Deal, com ênfase na tran-

sição para energias verdes. A transição digital. A modernização da Indústria. Nestas áreas, as ambições estão lá. Já as linhas diretas para as financiar, nomeadamente por via dos imprescindíveis investimentos na investigação cientifica, que possibilitará os saltos tecnológicos necessários, são mais difusas ou aparentemente inexistentes. Aqui, o Parlamento Europeu terá ainda uma palavra forte a dizer.

É verdade, mais uma vez, que o programa-quadro da Ciência, o Horizonte Europa, tem um reforço previsto, comparado com a proposta inicial 2018, de cerca de onze mil milhões de euros, para um total de 94 mil milhões. Um acréscimo justificado sobretudo pela iniciativa "Next Generation Europe" (Plano de Recuperação). Mas esperava-se uma melhor concretização, traduzida em verbas específicas, do papel transversal da ciência e inovação em todas as grandes opções estratégicas da União.

Há ainda áreas claramente deficitárias, sobretudo tendo em vista esse objetivo de preparar a "próxima geração" europeia, como a Cultura e a Educação. O pequeno aumento do Programa Erasmus é um dos dececionantes exemplos, entre muitos outros.

A Comissão parece acreditar que os próprios estados-membros irão assegurar esses investimentos, aproveitando o embalo do dinheiro que agora lhes será colocado nas mãos. E isso talvez seja verdade para alguns. A Alemanha, por exemplo, acaba de anunciar um envelope adicional de 10 mil milhões para investir no chamado Triângulo do Conhecimento: Inovação, Investigação e Educação. Mas esperar que todos os países o façam, com verbas das quais poderão dispor com grande latitude, é uma opção arriscada, que poderá eternizar ou acentuar as atuais assimetrias.

Isso conduz-me ao caso português. Os 26,3 mil milhões de euros atribuíveis ao país - 15 mil milhões dos quais a fundo perdido - são, a todos os níveis, uma excelente notícia. Até porque serão ainda complementados pelo orçamento regular da União Europeia. Não é exagero dizer que a Europa nunca nos deu tanto, nem tanta flexibilidade para o utilizar. O atual governo tem, por isso, condições únicas para ultrapassar esta crise e lançar as bases para o futuro sustentável de Portugal. É muito importante que atue sem esquecer as euforias e desvarios de um passado recente, que nos conduziram a uma dolorosa e humilhante intervenção externa.

European Union A strong budget
in Science and
Innovation to boost
growth and create
jobs

19/06/2020: in Público (EN version)

Co-author: Mariya Gabriel, European Commissioner for Innovation, Research, Culture, Education and Youth

he COVID-19 pandemic is unprecedented, and so is our common response to the virus outbreak. When governments and societies around the world have been struggling to contain the global pandemic, when our economies have been suffering like never before, and our personal and professional lives have been massively disrupted, research and innovation turned out to be the most impactful and powerful tools to start bringing us back to a 'new normal'.

Researchers and innovators are working around the clock to better understand the novel virus, as this is the only way we can develop effective treatments and diagnostics and deliver a globally awaited vaccine.

Faced with economic uncertainty and the impossibility to assess long-term



Maria da Graça Carvalho com Mariya Gabriel, atual comissária europeia de Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude (Setembro de 2019)

effects of the pandemic, research and innovation will guide Europe in its green and digital transitions.

They have not lost their power to drive growth, to create jobs and boost competitiveness. But Europe needs a fit-for-purpose budget to make it happen. A budget with strong research and innovation at its backbone. After several months, the European Council will revert to the EU long-term budget on 19 June. The coming weeks will be crucial to set the long-term EU budget on the right track.

The European Union created the biggest research and innovation programme in the world: Horizon 2020. Research & Innovation are the most important engine of growth. 400 to 600 billion euro by 2030 is the estimated GDP gain from Horizon 2020. It drives the development of knowledge-intensive activities, which make up over 33% of total employment in Europe.

In view of a very demanding future, we are now in the final stages of preparing its even more ambitious successor: Horizon Europe. It has powerful tools and novel approaches such as new public-private partnerships and large-scale missions to help us to achieve clima-

te-neutrality by 2050. Europe's aptitude to address decarbonisation and digital transformation relies on the development and update on new technologies and innovation. If we are to reach the potential target of 50% reduction of CO2 emissions by 2030, which is of transformative nature for all industrial sectors in Europe, we will need coordinated efforts and a strong Horizon Europe.

On 27 May 2020, the Commission has proposed to reinforce Horizon Europe with an extra 13.5 billion euro from the recovery instrument Next Generation EU. The programme will reach 94.4 billion euro in total. Additional money will allow for greater focus and will facilitate vital research in health, resilience and the green and digital transitions.

Now we need Member States - we need your country - to give Europe the chance for a recovery based on scientific achievements, and agree on an ambitious budget for Horizon Europe. Getting a sufficient budget for Horizon Europe would not only mean the creation of up to 100,000 jobs in Research & Innovation activities by 2027 and a massive investment shot into our economies.

At the same time, Research Ministers should speed up discussion on the open issues of Horizon Europe to avoid delaying the start of the Programme that will help us to combat the long-term impact of this pandemic, and better prepare us. It will help to combat cancer, to discover new solutions for climate-neutral

cities, to provide energy and food security, to take better care of the quality of our oceans, and to prepare us for inevitable social and economic changes. Let's not waste this chance.

União Europeia - um orçamento forte na Ciência e Inovação para impulsionar o crescimento e criar empregos

19/06/2020: in Público (versão PT)

Com Mariya Gabriel, Comissária Europeia para a Inovação, Investigação, Cultura, Educação e Juventude

"Precisamos que os Estados-membros - precisamos que o seu país deem à Europa a oportunidade de uma recuperação baseada no progresso científico, e concordem com um orçamento ambicioso para o Horizonte Europa. Não desperdicemos esta oportunidade."

pandemia de covid-19 não tem precedentes, e a nossa resposta comum a este vírus também não. Quando governos e sociedades de todo o mundo se tiveram de bater para conter esta pandemia global, quando as nossas eco-



A eurodeputada com Cristian-Silviu Buşoi, presidente da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE), e com Christian Ehler, coordenador do PPE - Partido Popular Europeu na ITRE (Dezembro de 2019)

nomias sofreram como nunca antes, a Ciência e a Inovação revelaram-se as mais impactantes e poderosas ferramentas disponíveis para começar a regressar a um "novo normal".

Investigadores e inovadores estão a trabalhar 24 horas por dia para compreenderem melhor o novo vírus, já que esta é a única forma que temos de desenvolver tratamentos e diagnósticos eficazes e de produzir uma vacina aquardada por todo o mundo.

Confrontada com a incerteza económica e a impossibilidade de avaliar os efeitos da pandemia no longo-prazo, a Europa será guiada pela Ciência e Inovação nas suas transições "verde" e digital. Estas prioridades continuam a ter o poder de induzir crescimento, de criar empregos e de impulsionar a competitividade. Mas a Europa precisa de um orçamento adequado a esses objetivos para os tornar numa realidade. Um orçamento com uma forte componente de Ciência e Inovação na sua essência. Ao fim de vários meses, o Conselho Europeu irá começar a apreciar o orçamento de longo-prazo da UE, nesta sexta-feira, 19 de junho. As semanas que se seguem serão cruciais para colocar este orçamento no rumo certo.

A União Europeia criou o maior programa de Ciência e Inovação do mundo: o Horizonte 2020. A Ciência e a Inovação são importantes moto-

res de crescimento. Estima-se que, até 2030, o Horizonte 2020 tenha gerado ganhos de 400 mil a 600 mil milhões de euros no PIB europeu. É um dinamizador das atividades intensivas em conhecimento, que representam mais de 33% de todo o emprego na Europa.

Perante um futuro muito exigente, estamos agora nas etapas finais de preparação do seu ainda mais importante sucessor: o Horizonte Europa. Este dispõe de ferramentas poderosas e de abordagens inéditas, tais como novas parcerias público-privadas e missões destinadas a ajudarem-nos a atingirmos a neutralidade climática em 2050. A aptidão da Europa para assumir a descarbonização e a transição digital depende do desenvolvimento e implementação de novas tecnologias e da inovação. Se pretendemos atingir a meta potencial de 50% de redução das emissões de CO2 em 2030, a qual tem uma natureza transformativa para todos os setores industriais na Europa, precisaremos de esforços coordenados e de um Horizonte Europa forte.

Em 27 de maio de 2020, a Comissão Europeia propôs reforçar o Horizonte Europa com 13,5 mil milhões de euros adicionais, provenientes do instrumento de recuperação Next Generation Europe. O programa irá atingir 94,4 mil milhões de euros no total. As verbas adicionais permitirão um foco maior e facilitarão a investigação essencial na saúde, a resiliência e as transições verde e digital.

Agora precisamos que os Estados-membros - precisamos que o seu país - deem à Europa a oportunidade de uma recuperação baseada no progresso científico, e concordem com um orçamento ambicioso para o Horizonte Europa. Obter um orçamento suficiente para o Horizonte Europa significaria a criação de até 100 mil empregos nas atividades de Ciência e Inovação até 2027, além de uma muito significativa injeção de investimento nas nossas economias.

Ao mesmo tempo, os ministros da Ciência devem acelerar a discussão em torno dos assuntos em aberto do Horizonte Europa, para evitarem atrasos no arranque de um programa que irá ajudar-nos a combater o impacto de longo-prazo desta pandemia e a prepararmo-nos melhor. Irá ajudar-nos a combater o cancro, a descobrir novas soluções para criar cidades climaticamente neutras, a garantir energia e segurança alimentar, a proteger melhor os nossos oceanos, e a preparar-nos para as inevitáveis mudanças sociais e económicas. Não desperdicemos esta oportunidade.

Preparar as novas gerações para os desafios de um mundo em mudança

29/06/2020: in Dinheiro Viuo

"Toda as instituições que desejam, não apenas sobreviver, mas garantir que seus alunos tenham sucesso, têm de se avaliar."

poeta Jorge de Sena, que era também engenheiro civil formado na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, escreveu um poema chamado: "A diferença que há", onde comparou os estudiosos com os poetas.

A diferença, explicou ele, é que os primeiros "passam a vida inteira com o nariz num assunto, a tentar decifrá-lo", enquanto os segundos "leem três páginas, farejam as restantes (nem sequer todas) e sabem logo do assunto o que os outros não conseguiram saber".

Citei este poema há uns dias, numa conferência sobre o futuro dos engenheiros, promovida pelo Instituto Superior de Engenharia do Porto. Não por concordar a 100% com a afirmação de Jorge de Sena (continuo a acreditar que o estudo é o melhor caminho para o conhecimento)

mas por julgar compreender o que ele realmente nos queria transmitir.

A persistência, a memorização, o treino, são ferramentas fundamentais para a vida. Mas serão sempre incompletas se não vierem acompanhadas de competências como a capacidade de interpretar, de cruzar conceitos, de trocar pontos de vista com terceiros, de pensar fora da caixa, de imaginar. E estas capacidades, inatas nos bons poetas de que nos fala Jorge de Sena, são cada vez mais necessárias.

Precisamos delas para nos prepararmos para a vida. Vivemos num mundo em acelerada evolução, onde quem entra no mercado de trabalho nem sequer sabe se a profissão que escolheu continuará a existir, quanto mais se terá emprego para a vida. Julgo que foi o Banco Mundial a estimar que mais de metade das crianças que nascem atualmente irão trabalhar em atividades que ainda nem sequer foram inventadas.

E precisamos delas para melhor correspondermos às necessidades desse mundo, num período em que somos forçados a questionar e repensar muitas das "certezas" com as quais convivemos durante décadas.

Como combater as alterações climáticas? Como assegurar que tecnologias como a Inteligência Artificial e a robótica servem os cidadãos em vez de se servirem deles? Como garantir a segurança e a privacidade nas redes? Como impedir pandemias e crises humanitárias de diversas or-

dens? Como continuar a crescer sem comprometer as futuras gerações?

Em Engenharia, existem muitos exemplos de desafios concretos, como a questão da conceção sustentável das cidades, a captura de carbono a uma escala industrial, a viabilidade económica das fontes de energia sustentáveis. Mas facilmente podemos pensar em inúmeros objetivos para todos os restantes atores, de líderes e decisores políticos a ativistas, de industriais a conservacionistas



Maria da Graça Carvalho durante uma intervenção numa Sessão Plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo (Outubro de 2019)

A boa notícia é que estes talentos, a que costumamos chamar de soft skills, podem ser trabalhados. E devem ser trabalhados. E é neste capítulo que se torna fundamental o papel das instituições do ensino superior, como formadoras por excelência dos futuros profissionais. As mais informadas já o compreenderam, dando início a um conjunto de transformações nos seus modelos de ensino. As restantes terão de fazer o mesmo caminho, sob pena de deixarem de acompanhar a marcha dos tempos.

Para dar um exemplo que me é mais próximo, em Portugal, e mesmo internacionalmente, o Instituto Superior Técnico, da Universidade de Lisboa, tem uma excelente reputação, não sentindo qualquer dificuldade para atrair bons alunos. Contudo, sentiu esta necessidade de repensar os seus métodos.

Há alguns anos, foi criado um grupo de trabalho para examinar seus diplomas de engenharia. Essa equipa consultou especialistas e ex-alunos. Estudou exemplos de boas práticas, do MIT e Carnegie Melon à Universidade de Tecnologia e Design de Singapura. E a conclusão foi que o Técnico, de fato, precisava mudar.

O resultado foi um novo método de ensino, chamado: "Técnico 2021", que enriqueceu as suas práticas com conceitos como design, treino prático, aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem baseada em pesquisa e aprendizagem baseada em problemas. Eu acrescentaria

a ciência de dados a esta lista, não apenas em engenharia, mas também como uma habilidade transversal em todas as áreas do conhecimento.

Essa é uma avaliação que precisa de ser feita por toda as instituições que desejam, não apenas sobreviver, mas garantir que seus alunos tenham sucesso na vida. E que consigam deixar uma marca positiva no mundo nesse processo.

O futuro nos passos de Sá Carneiro

01/08/2020: in Expresso

edimos os desafios a enfrentar e sentimos a impaciência acumulada nos anos passados que sobre nós pode desabar. Mas não tememos os riscos, nem receamos a esperança. A força forja-se na luta, a firmeza no combate pelos princípios, a coragem no enfrentar da crise".

Esta reflexão poderia bem aplicar-se ao Portugal dos nossos dias, a braços com uma crise económica e de saúde pública apenas alguns anos depois de ter ultrapassado uma difícil intervenção externa. Na realidade, o seu autor foi Francisco Sá Carneiro, por ocasião da tomada de posse do VI Governo Constitucional, em 3 de janeiro de 1980.

A forma como as suas palavras

ecoam nos nossos dias não é mera coincidência. É também reflexo do pensamento intemporal de um homem e de um político que agiu sempre com os olhos postos no futuro. No futuro de Portugal. E que nunca perdeu a coragem, a firmeza e os princípios.

Em dezembro, assinalam-se quarenta anos desde o desaparecimento de Sá Carneiro. E nessa altura terei a grande honra, mas também a enorme responsabilidade, de estar a presidir ao Instituto que herdou o seu nome, na sequência da eleição realizada neste mês de julho. Uma das prioridades desta nova direção será evidentemente prestar a devida homenagem a um político singular.

Não o faremos através de meras evocações nostálgicas, nem de reflexões sobre o que aconteceu e o que poderia ter acontecido. Até porque seguramente tê-lo-ia detestado. Queremos celebrar o legado das suas ideias e ajudar a projetá-las junto de todas as gerações, as que o conheceram e as que já nasceram num país que ele ajudou a tornar melhor.

Iremos fazê-lo através de um conjunto de iniciativas públicas, como exposições, debates publicações, mas também criando o Prémio Francisco Sá Carneiro, para distinguir jovens investigadores na área da Ciência Politica.

A melhor homenagem que lhe poderemos prestar, contudo, será não apenas garantir que o Instituto Sá Carneiro continua a ser uma referência na formação de quadros políticos para o país, jovens e menos jovens, mas também, e cada vez mais, um produtor de ideias e de soluções para Portugal.

Queremos ser uma instituição cada vez mais aberta à sociedade civil. que cresça com esta e a faça crescer. Queremos ser parceiros das empresas, por exemplo numa bolsa de empreendedorismo destinada a distinguir start-ups promissoras. Queremos internacionalizar o Instituto, aproveitando as afinidades existentes com a grande família da social-democracia, na Europa, nos países de língua portuguesa, nos Estados Unidos. Mas queremos também ser uma instituição cada vez mais presente ao nível local e regional

Temos muitas ambições, e permitimo-nos tê-las graças a todos os que, com o seu tempo e empenho, deram ao Instituto a estabilidade que lhe faltou no passado. Assumimos "a esperança" de crescer, porque Sá Carneiro nunca se permitiu perdê-la. Porque ele não foi uma chama que se apagou e sim um farol que nos continua a apontar o caminho.





O Digital e outras revoluções





chamada "transição digital" é um dos pilares do projeto da equipa de Von der Leyen para a União Europeia. É uma revolução que já começou em todo o mundo, e que foi até acelerada neste ano de pandemia, no qual nos voltámos ainda mais para a tecnologia como forma de ultrapassar o distanciamento que nos foi imposto. É uma revolução que já está a transformar a forma como trabalhamos, como comunicamos, como as empresas e os mercados se organizam, como a informação é partilhada entre cidadãos, empresas e instituições públicas e privadas.

A "transição digital" diz respeito a muitas realidades, incluindo a Internet e as suas diferentes plataformas, a recolha e partilha de dados e o uso que fazemos da Inteligência Artificial.

Na minha atividade no Parlamento Europeu, o digital tem sido um tema recorrente em praticamente todas as comissões que integro: Indústria, Investigação e Energia (ITRE), Mercado Interno e Proteção dos Consumidores (IMCO), Direitos das Mulheres e Igualdade dos Géneros (FEMM) e, mais recentemente, Comissão Especial da Inteligência Artificial (AIDA).

Um dos assuntos que tenho acompanhado com mais atenção é a questão da inclusão digital das mulheres, e isso reflete-se neste capítulo, onde estão reunidos diversos artigos relativos a este tema. Por uma questão de coerência no alinhamento dos tópicos, são também aqui abordados outros assuntos relativos à igualdade de género que não dizem diretamente respeito à digitalização, nomeadamente a presença das mulheres nos centros de decisão e de poder públicos e privados.

São ainda tratados temas como a utilização das novas tecnologias em benefício dos cidadãos, nomeadamente os limites éticos que devem ser respeitados; políticas de dados, particularmente em setores-chaves, como a saúde; e o potencial das novas tecnologias em diferentes setores, nomeadamente os culturais e criativos.

Broadening the EU's strategic autonomy

30/03/2020 in The Parliament Magazine

I nvesting in education and innovation enriches our ability to respond to unforeseen circumstances and is crucial to ensuring our continued wellbeing.

There is a deep interdependence between the different regions of the world that brought us many gains, but also new problems like the ones we are now experiencing. The Von der Leyen Commission has made clear that the Union must develop a continental strategic autonomy. Until now, digital or technological sovereignty was the key component in the political debate around European autonomy. Our ability to achieve leadership in key emerging sectors was considered crucial to prevent our loss of influence, in a geoeconomic and political world dominated by the US and China. However, we need to broaden this ambition to other areas.

The COVID-19 crisis has only just begun and the EU is facing a battlefield, one where it is hard to know the economic limits of our actions or the consequences of inaction. We are entering a new era, which many are already calling "post-globalisation", and this will have a major impact. First, this crisis made clear that the autonomy challenge is not only related to the dig-



Maria da Graça Carvalho com Margrethe Vestager, atual vice-presidente executiva da Comissão Europeia (Fevereiro de 2020)

ital age. The EU needs a much stronger policy, one which increases coordination and develops ways to keep control of strategic areas that have value chains related to our essential needs.

Moreover, it is clear that the role of research, innovation and education in the investment policies of all political actors is a strategic issue. Investing horizontally and continually in education and innovation enriches our ability to respond to unforeseen circumstances and is crucial for ensuring the continuation of our wellbeing and the progress we all hope to see. It is fundamental to ensuring our technological sovereignty. Second, to develop a

real strategic autonomy, innovation must be embedded in the cultural framework where investments are directed. To be autonomous, the EU needs to develop its own direction; rather than copy the models of others it should focus on the benefits that strategic sectors could bring to the European lifestyle. We cannot repeat mistakes of the past. On the contrary, we must learn from them and be flexible enough to create more local innovation and thus nurture European creativity and community thinking. Third, data are the gold of our "techonomic" model and the basis of this new era. Data is an integral part of nowadays lives; it is produced everywhere and by everybody. Companies and services rely on data. We have a very lively business creativity that should be protected and enhanced through policies owing more coordination and solidarity. Rather that worrying about the fact that the first global data companies are not European, instead we should make sure that the services provided in Europe are reliable and efficient. To pursue this target, we must, of course, have infrastructures and a regulatory framework that allows data to be used in a flexible and simple manner. I believe that the proposals for a European data strategy, as recently announced by Commissioner Breton, are very promising.

The EU should set the stage for a global pact to grant reciprocal access to data related to research, science. health, education and culture. Once more, the present crisis has shown us the importance of health data and common health data standards, gathered at European level. Such data availability will be crucial for the swift advancement of health research. Our ability and willingness to proceed in this direction will contribute to our sovereignty. The least we can do is to increase the cooperation between Member States, uniting them around the search for more strategic autonomy while attempting to progressively build that stronger voice that the EU has always wished for but rarely allowed to happen.

Uma janela para o mundo

03/04/2020 in Jornal Económico

"Ironicamente, a internet, invenção que tantas vezes tem sido apontada como causadora de isolamento quando usada em excesso, é por estes dias a nossa principal janela para o mundo."

ique em casa". Esta tem sido a palavra de ordem das últimas semanas, e deverá continuar a sê-lo por vários meses. É a medida certa, todos os sabemos: a melhor forma de individualmente contribuirmos para o bem comum nesta fase. É também uma medida difícil de suportar, porque o confinamento e o isolamento social são contrários à natureza humana. Precisamos de interagir. Como escreveu John Donne, há quase 400 anos, "nenhum homem é uma ilha".

Ironicamente, a internet, invenção que tantas vezes tem sido – corretamente – apontada como causadora de isolamento quando usada em excesso, é por estes dias a nossa principal janela para o mundo. É através dela que, em diversos setores, se continua a trabalhar com razoável eficácia, e é graças a ela que familiares e amigos se vão "vendo", através da partilha de fotografias ou por videochamada. Imaginar esta pandemia antes da massificação da Internet é imaginar uma realidade em que os dias seriam provavelmente mais sombrios.

Uma das consequências desta crise está a ser a aceleração do aproveitamento de todas as potencialidades da rede. Durante muito tempo, fizeram--se "road maps" e grandes debates sobre a transição para a economia digital e aí está ela a explodir, permitindo que muitos negócios, da restauração ao retalho, se mantenham em atividade numa altura em que as lojas estão fechadas ao público. A facilidade de circulação da informação revela-se de importância inestimável, permitindo o contacto entre decisores políticos, cientistas e especialistas de saúde pública envolvidos no combate ao covid-19 nos seus respetivos países. As plataformas de streaming ajudam as famílias a ocuparem-se nos momentos mortos. Os jornais continuam a levar informação aos leitores nas suas edições digitais. Outros recursos permitem, por exemplo, ir fazendo chegar conteúdos às crianças que estão em casa sem aulas.

Há uns dias participei numa reunião do Partido Popular Europeu (PPE), por videoconferência, na qual estiveram em simultâneo quase 200 pessoas. Na semana passada realizou-se uma sessão plenária do Parlamento Europeu, em Bruxelas, acompanhada desta forma por muitos eurodeputados que não podiam estar presentes fisicamente. Em casa, as famílias organizam-se para continuarem a funcionar pelas redes. Num momento está o pai ou a mãe a reunir com os colegas de trabalho por videochamada. No outro, está o filho a tirar dúvidas com a professora de matemática. Um pouco por todo o mundo, a internet está a ajudar a que

O Digital e outras revoluções

muitas vidas não fiquem em suspenso.

Não é o cenário perfeito. Queremos voltar ao trabalho, às escolas, ansiamos pelo momento em que nos sentaremos à mesa de um restaurante com um grupo de amigos ou visitaremos novamente a nossa loja preferida. Todos queremos passear livremente sem termos de manter a distância higiénica de 1,5 metros das pessoas com que nos cruzamos. Mas enquanto isso não é possível, é reconfortante saber que há uma rede que nos vai mantendo ligados.

Viewpoint: We need a European Health Data Space to tackle COVID-19

09/04/2020 in Science and Bussiness

Co-authors: Maria Manuel Leitão Marques, Maria Da Graça Carvalho, Chrysoula Zacharapoulou and Alexandra Geese

"The COVID-19 pandemic provides a stark illustration of why we need effective tools for sharing health data in Europe, say four MEPs"

In 1854, John Snow, one of the first epidemiologists, defeated a cholera outbreak ravaging London by mapping the locations where the disease showed up and carefully analysing risk factors. That provided the data he needed to demonstrate the cause was sewage pollution in drinking water.

Almost 200 years later, we are confronted with an unprecedented health pandemic that promises to shake the core of our societies. Luckily, in 2020, we are much better equipped when it comes to the volume, variety, and velocity at which we can collect, store, access, and share data. And, in a time when the EU is stepping up with several initiatives, including stockpiling equipment, devices and medicines, and coordinating EU-wide guidelines for COVID-19 clinical trials, it is high time to deliver on a key point of our Health Commissioner's mission letter: a European Health Data Space.

The idea has been floating around for some time and has been discussed in various conferences, but now more than ever, we need effective tools for sharing health data in Europe, if we are to find a quick solution in the EU's darkest hour. Establishing a European Health Data Space is more than a case of securing competitive advantage from an economic or social point of view: it is a necessity. Given this, we are drawing attention to this idea once again, urging for it to become reality as soon as possible.

There are already many examples of how data and the artificial intelligence tools that leverage it, can be integrated and analysed to inform our response to COVID-19. BlueDot, a Canadian company that uses machine learning to track news, airline itinera-

ries and health authority data, among other sources, was able to detect a surge in COVID-19 cases in Wuhan nine days prior to the World Health Organization's alert. Seegene, a Korean company, has created one of the most widely applied diagnostic tests for COVID-19, using a supercomputer to accelerate analyses of viral genomes provided by China, shortening the time this process usually takes from months, to three weeks.

According to a recent paper by Neil Ferguson, professor of mathematical biology at the Centre for Global Infectious Disease Analysis at Imperial College London, the two main approaches to defeating COVID-19 are suppression and mitigation. Both are needed to save lives and restart the economy. Early detection of an outbreak in communities is a key step in suppressing COVID-19 and mitigating its impact on our health systems, economy, and society.

As Ferguson notes, transmission will quickly rebound if interventions such as social distancing are relaxed. But models show that intermittent social distancing – triggered by trends in disease surveillance – may allow interventions to be relaxed temporarily in relative short time windows. However, control measures will need to be reintroduced if or when case numbers rebound.

Calibrating such a response will require widespread availability of data, and in particular secondary health data. This is even truer in an emergency scenario, such as that brought about by COVID-19, where evidence must be

made available to the maximum number of people who can work with it with utmost speed. And that is where the FU can come in

A European Health Data Space would enable pooling of the health data of EU citizens, collected under a defined and common health data standard. Such a standardised approach would allow for detailed comparisons between countries (or even regions), and underpin transnational clinical research and trials at a large scale. This would have tremendous benefits in terms of our response to the current COVID-19 crisis, but also in tackling common challenges in health policy in the future.

Of course, the idea of sharing health data raises very serious concerns about privacy and data protection, not to mention ethics. The data must be used responsibly, with due care, and kept safe. But there is a clear imperative that this data should be available for research - under strict democratic control.

In a paper examining some of the difficulties in opening up health data, published in the International Journal of Data Science and Analytics, Niels Peek of the School of Health Sciences at Manchester University and Pedro Pereira Rodrigues from the Faculty of Medicine at the University of Porto say, "The sharing of health data for research will increase our understanding of biology and medicine and thus lead to better decision-making and better health outcomes. This implies that non-sharing will, by necessity, lead to inferior decision-making and poor health outcomes, thus creating a moral imperative to share."

As this highlights, we must remember there is an opportunity cost to not responsibly sharing this data: the deadweight loss in terms of knowledge, treatments, and ultimately fatalities, is far too much to bear.

The circumstances we are facing cry out for the creation of a European Health Data Space, or at least its kick-off. One that can mobilise member states to deepen their solidarity through the sharing of epidemiological data (for starters), so that we can tap into the potential of our researchers and universities – often ranked top in the world – and step up to the task of stopping SARS-CoV-2 and the disease it brings about: COVID-19. Our common future depends on it.

Setores culturais e criativos, uma prioridade do plano de recuperação económica da UE

11/08/2020 in Eco Sapo

etores culturais e criativos são uma prioridade no plano de recuperação económica proposto pela Comissão. Compete, agora, a cada Estado membro fazer o seu plano para negociar com Bruxelas.

Para termos diversidade cultural e um ambiente de forte criatividade



Maria da Graça Carvalho e Petra De Sutter (Verdes/Aliança Livre Europeia), atualmente vice-primeira-ministra Bélgica, durante evento no Parlamento Europeu (Janeiro de 2020)

O Digital e outras revoluções

precisamos que estes setores sejam resilientes e sólidos. Hoje, estes deparam-se com uma série de desafios, decorrentes de fatores como a transição digital, a globalização, as novas expectativas dos consumidores e a ascensão de gigantes digitais mundiais. As dificuldades que enfrentam foram drasticamente agravadas pela pandemia de Covid-19

Temos de integrar os setores cultural e criativo nas estratégias de resposta a esta crise. Não apenas porque precisam de ser apoiados, tendo sido duramente atingidos, mas porque têm um papel de grande importância a desempenhar nesta recuperação, pelo dinamismo e inovação que podem trazer a todas as outras áreas. Desde o Turismo, marcadamente associado à Cultura em tantas cidades europeias, à Ciência.

A cooperação entre o mundo da investigação científica e tecnológica e o mundo da cultura é ainda relativamente limitada. Mas ninguém duvidará que uma maior interação entre a tecnologia e a inovação e os setores culturais e criativos, com uma abordagem holística e integrada, contribuirá para ajudar na resposta aos desafios anteriormente apontados.

Este será, aliás, um dos temas de estudo no âmbito do Grupo do CEN-Conselho Estratégico Nacional do PSD, que coordeno, e que inclui a Ciência, a Inovação, a Sociedade Digital, o Ensino Superior e a Cultura.

A cultura tem um papel crucial na consolidação do projeto europeu. E esse é



 A eurodeputada Maria da Graça Carvalho num evento organizado no Parlamento Europeu (Outubro de 2019)

um facto reconhecido por todos, nomeadamente pela Comissão Europeia. A União Europeia procura preservar o património cultural e apoiar e promover as artes e os setores culturais na Europa. A UE apoia, ainda, festivais de cinema, exposições, concertos, conferências, concursos e prémios artísticos em toda a Europa.

A cultura tem também no Parlamento Europeu um forte aliado. Por exemplo, sou autora, em conjunto com a minha colega Marisa Matias, dos relatórios sobre o EIT - Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia, com um orçamento, que deverá atingir os três mil milhões de euros no próximo programa-quadro, e no qual os setores cultural e criativo terão um peso reforçado.

O EIT apoia todos os pilares do chamado Triângulo do Conhecimento: Educação, Investigação, Inovação. Trata-se de uma instituição autónoma que se organiza em Comunidades de Inovação e Conhecimento (KICs). No período 2021- 2027, serão criadas duas novas KICs e o Parlamento Europeu aprovou, de uma forma praticamente unânime, a proposta das relatoras de uma das KICs ser exatamente na área dos setores culturais e criativos.

Durante a preparação pela Comissão Europeia do Plano de Recuperação Económica, o Parlamento Europeu mobilizou-se para exercer a sua influência para que o ecossistema dos sectores culturais e criativos fosse considerado uma das 14 prioridades selecionadas pela Comissão Europeia. E assim aconteceu. Os setores culturais e criativos são uma prioridade no plano de recuperação económica proposta pela Comissão.

Compete, agora, a cada Estado Membro fazer o seu plano para negociação com as entidades Europeias. De realçar que as ações pertinentes, iniciadas a partir de 1 de fevereiro de 2020, podem ser já elegíveis para financiamento no âmbito da REACT-EU e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, dois dos principais subprogramas do Plano de Recuperação Económica Europeu.

Numa altura em que o setor cultural atravessa enormes dificuldades em Portugal, será difícil de entender que este não seja uma das grandes prioridades da proposta a apresentar pelo Governo à Comissão Europeia.

Humane artificial intelligence

07/09/2020 in Parliament Magazine

"Maria da Graça Carvalho explains Parliament's new Special Committee on Artificial Intelligence will assist in the creation of a harmonised legal and ethical framework for AI."

he term "Artificial Intelligence (AI)" has been around since the 1950's, although its implementation, after the initial euphoria, has been somewhat erratic. In recent years, however, it saw an exponential progress in its technological deployment and its implications are influencing every aspect of our society and are promising breakthrough changes in many economic sectors. This also increased the debate in European Institutions about whether or not Artificial Intelligence will require a reinforced legislation framework.

Today, AI is constantly present in the EU agenda and a number of publications, guidelines and political statements are addressing its several dimensions. This growing political attention led to the creation, in July, of a Special Committee on Artificial intelligence also in the European Parliament. I am very proud to be one of its full members

The committee will not deal with specific legislative acts, but its goal will be

to assist in the creation of a harmonised legal and ethical framework that will enable us to address the many ethical, social and economic implications of AI, while making sure that we will not be hindering innovation, technological development and European competitiveness in the process.

This implies finding the right balance between the boundaries that have to be determined upfront, the many different incentives needed to boost our industrial AI capacity and the ethical aspects of AI, always ensuring the adequate involvement of all stakeholders, from lawmakers to the industry and the citizens.

We all recognize the limitless potential of AI, from health to wealth, but we have also been made aware of how it can be used with ill intentions, under certain circumstances, threatening our privacy, our freedom of choice, and even the quality of our democracies.

Ethics is the cornerstone of AI's future. We need to focus on the human dimension, so that AI will always be used at the service of our citizens, and not vice versa. In order to achieve that, there are certain steps that need to be taken. The first one will be to make sure that everyone has a basic understanding of AI and its different uses. Moreover, that a growing number of our citizens will become skilled in it.

Programmes for the Education and upskilling of citizens will be society's first line of defence against the abusive use of AI. Knowledge is power! At

O Digital e outras revoluções

the same time, this transformation will have inevitable and disruptive impacts on the labour market, but this road will certainly lead us to new opportunities. Training and skills development are key in this process.

A particular attention must be given to the engagement of women in AI and related technologies. For cultural reasons, women have been less involved with technologies in general and, although we are starting to see signs of change, a lot remains to be done to

eliminate the gender gap. I have been doing a lot of work on this subject, in the form of reports, opinions and written questions, at both IMCO, ITRE and FEMM committees. My belief is that achieving this goal will be important not just for women, but for society in general. The full potential of women's skills, knowledge and qualifications in the digital, AI and ICT fields will contribute to boost the European economy. In addition, AI needs the skills of both men and women in order to be as humane as possible.



28/09/2020 in Parliament Magazine

"Maria da Graça Carvalho explains how Parliament's new Special Committee on Artificial Intelligence will assist in the creation of a harmonised legal and ethical framework for AI."

he term Artificial Intelligence (AI) has been around since the 1950s, although its implementation - following the initial euphoria - has been somewhat erratic.

Recent years, however, has seen an exponential growth in its technological deployment. Its implications are influencing every aspect of our society and promising breakthrough changes in many economic sectors. This has also increased debate within the European Institutions about whether or not AI will require a reinforced legislative framework.

Today, AI is ever-present in the EU agenda and a number of publications, guidelines and political statements seek to address its various dimensions. This growing political attention led to, in July, the creation of a Special



Maria da Graça Carvalho em Lisboa (Janeiro de 2020)

Committee on Artificial intelligence in the European Parliament. I am very proud to be one of its full members.

The Committee will not deal with specific legislative acts; rather, its goal will be to assist in creating a harmonised legal and ethical framework that will enable us to address the many ethical, social and economic implications of AI. At the same time it will ensure that we do not hinder innovation, technological development and European competitiveness in the process.

This implies finding the right balance between the boundaries that have to be determined in advance, the numerous incentives needed to boost our industrial AI capacity and the ethical aspects of the technology. This all has to happen while ensuring the adequate involvement of all stakeholders, from lawmakers to industry and citizens.

We all recognise the limitless potential of AI, but we have also been made aware of how it can be used, under certain circumstances, with ill intent, threatening our privacy, our freedom of choice, and even the quality of our democracies. Ethics are the cornerstone of AI's future.

We need to focus on the human dimension, so that AI will always be at the service of our citizens, and not vice versa. In order to achieve that, there are certain steps that need to be taken. One will be to make sure that everyone has a basic understanding of AI and its different uses. Another that a growing number of our citizens will become skilled in its use.

Programmes for educating and upskilling of citizens will be society's first line of defence against the abusive use of AI. Knowledge is power. At the same time, this transformation will have inevitable and disruptive impacts on the labour market, but this path will undoubtedly lead us to new opportunities.

Training and skills development will be key in this process. A particular attention must be given to the engagement of women in AI and related technologies. For cultural reasons, women have been less involved with technologies in general and, although we are starting to see signs of change, a lot remains to be done to eliminate the gender gap.

I have been doing a lot of work on this subject, in the form of reports, opinions and written questions, at the IMCO, ITRE and FEMM committees. My belief is that achieving this goal will be important, not just for women, but for society in general. The full potential of women's skills, knowledge and qualifications in the digital, AI and ICT fields will contribute to boosting the European economy.

In addition, AI needs the skills of both men and women in order to be as humane as possible.

Estaria Obama a ser sexista ao dizer que as mulheres são melhores do que os homens?

06/01/2020 in Dinheiro Vivo

istoricamente, o feminismo tem significado a defesa da igualdade de tratamento e oportunidades entre os géneros: a afirmação das mulheres, como iguais, num mundo durante muito tempo dominado pelo género masculino.

Não foi isso, aparentemente, que o antigo Presidente norte-americano, Barack Obama, fez no mês passado, durante uma conferência sobre liderança em Singapura, na qual afirmou, sem hesitação, que as mulheres "são melhores" do que os homens e que bastariam dois anos com estas à frente dos destinos das principais potências mundiais para assistirmos a melhorias "a todos os níveis".

Esse é o tipo de declaração que, recordaram de imediato várias vozes críticas, nomeadamente femininas, pouco serve à causa dos direitos das mulheres. Desde logo por basear-se no pressuposto (só assim se pode afirmar existir superioridade de um género sobre o outro) de que estas são diferentes dos homens, e que se comportam de formas distintas em funções idênticas.

O Digital e outras revoluções

Assim, somos forçados a perguntar o que pretendia Obama. É provável que acredite mesmo que as mulheres têm caraterísticas específicas, as quais poderiam ser benéficas face a alguns dos problemas que o mundo atravessa.

Basta lembrar a importância que sempre deu ao papel da sua mulher Michele no próprio trajeto de sucesso. Mas entendo também aquelas palavras como uma provocação destinada a gerar reações. Como se quisesse, no fundo, afirmar: "Se estou errado, provem-no, criando condições para que mais mulheres sejam eleitas e nomeadas para cargos decisivos".

E porque sentiu a necessidade de lançar esse desafio? Talvez por acreditar que, por mais paradoxal que tal continue a parecer a tantas pessoas, promover a igualdade nem sempre significa tratar todos da mesma forma.

Em 2012, a Comissão Europeia decidiu avançar com uma iniciativa destinada a promover um maior equilíbrio de género entre administradores não executivos de sociedades cotadas em bolsa. Uma iniciativa que ficaria conhecida como a diretiva Women on Boards (WoB). O objetivo era assegurar uma representação de pelo menos 40% de mulheres nestes cargos até 2020. Não aconteceu.

Aliás, a referida iniciativa, apesar de ter recebido o apoio do Parlamento Europeu, nunca chegou sequer a ser adotada, muito menos implementada, porque enfrentou sempre oposição no Conselho da União Europeia. E uma oposição vinda em muitos casos de al-

guns dos países mais progressistas do continente em matéria de igualdade de género.

Porque é que isso sucedeu? Precisamente porque para esses países a ideia de igualdade de tratamento é inconciliável com a criação de quotas de género, sejam estas aplicadas à política, à educação ou ao setor privado. Tal como os críticos das afirmações de Obama terão considerado que o seu elogio das mulheres só serviu para enfatizar fossos reais ou imaginários entre os géneros, para estes estados progressistas, impor estas quotas equivaleria a um atestado de menoridade do sexo feminino.

Na presente legislatura do Parlamento Europeu, na Comissão FEMM (Direitos da Mulher e igualdade de Género) serei uma das relatoras do Women on Boards, que uma vez mais fará o seu percurso entre as diferentes instâncias comunitárias. E o meu primeiro desafio será precisamente tentar encontrar formas de convencer estes países de que estão errados, por estarem a projetar as suas próprias realidades em contextos bastante distintos.

Na Suécia, como em vários outros países, não é preciso criar quotas para que as mulheres tenham o seu espaço de afirmação, porque esta, no essencial, já foi atingida. Nos países, onde a justa retribuição do trabalho é um dado adquirido, o salário mínimo poderá parecer um proforma desnecessário. Mas quando tentamos coexistir num espaço comum alargado, temos de ter consciência de que as decisões

que tomamos, que ajudamos a tomar, se estendem para além das nossas próprias fronteiras. E que a melhor forma de preservarmos as nossas próprias conquistas é assegurar que outros as atingem também.

Pelo equilíbrio de género nas administrações das empresas

28/08/2020 in Dinheiro Viuo

ortugal tinha em 2019, de acordo com dados divulgados em julho deste ano pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 22% de mulheres nos órgãos de administração das sociedades cotadas em bolsa, 29% no setor empresarial local e 37% no setor empresarial do Estado.

São números ainda distantes, sobretudo no setor privado, do desejável equilíbrio entre homens e mulheres. Contudo, não nos envergonham, porque dão conta de uma evolução positiva nos últimos anos, a qual veio demonstrar que a lei adotada nesta matéria (62/2017) está a ter impacto, contrariando o ceticismo com que foi recebida por alguns.

O debate em torno das medidas promotoras de um maior equilíbrio no acesso aos cargos de topo não é um exclusivo nacional, estendendo-se a toda a Europa. O principal argumento



A eurodeputada com Frances Fitzgerald, coordenadora do PPE - Partido Popular Europeu, e outras eurodeputadas do PPE da Comissão dos Direitos das Mulheres e da Iqualdade dos Géneros (FEMM) (Setembro de 2019)

daqueles que se opõem é a recusa do que consideram ser uma ingerência do legislador na esfera privada das empresas. E, tratando-se de iniciativas da União Europeia, de uma ingerência em matéria de responsabilidade de cada estado-membro.

É essa leitura que tem ditado, desde 2014, o permanente bloqueio, no Conselho Europeu, da aplicação da diretiva Women on Boards, que prevê um mínimo de 40% de mulheres entre os membros não executivos dos conselhos de administração das empresas públicas e das privadas cotadas em bolsa.

Esta diretiva foi proposta pela Co-

missão Europeia na sequência de uma recomendação, aprovada com amplo apoio, do Parlamento Europeu. No entanto, foi sendo sucessivamente rejeitada por um lote de oito estados-membros. Foram eles: Dinamarca, Polónia, Reino Unido, Croácia, Holanda, Alemanha, Estónia e Espanha. Um lote sui generis, no qual se encontram estados-membros que dificilmente mudarão de posição, mas também, ironicamente, alguns dos mais progressistas do continente em matéria de igualdade de género.

Na presente legislatura do Parlamento Europeu, fui encarregue pelo Partido Popular Europeu (PPE) de acompanhar o tema da diretiva "Women on Boards". O desafio passa precisamente por defender junto destes países relutantes, sobretudo aqueles que já são mais avançados nesta área, que o que se está a pedir não é o favorecimento de um género em relação ao outro, mas que o mercado funcione normalmente. Se as mulheres representam metade da força laboral, se são iqualmente produtivas, se têm qualificações médias iquais ou superiores aos homens, nada justifica que estejam representadas nas funções de liderança. Tal como nada justifica que, em muitos casos, não tenham direito a salário igual por trabalho iqual.

Sobre a questão da soberania nacional, a própria proposta de diretiva é clara ao deixar nas mãos de cada estado-membro a aplicação e fiscalização das regras, incluindo ao nível das sanções a definir. Foi o que sucedeu em Portugal e noutros estados-membros que, mesmo sem o consenso europeu, decidiram avançar com legislação.

É certo que nenhum destes argumentos tem permitido, até agora, mudar o statu quo. No último ano, contudo, registou-se uma sucessão de acontecimentos que poderão, enfim, criar uma janela de oportunidade. Von der Leyen, uma mulher alemã, foi eleita presidente da Comissão Europeia. O Reino Unido deixou a União. A Espanha anunciou que estava disposta a rever a sua posição nesta matéria. Mais recentemente, a presidência alemã da EU mostrou também vontade de retomar a discussão.

O Digital e outras revoluções

Em setembro, será levada a plenário do Parlamento Europeu uma pergunta oral visando precisamente reabrir o debate. Esperemos que, desta vez, este seja finalmente levado até ao fim.

"A Laurinda estuda nos computadores"

29/09/2020 in Dinheiro Vivo

"As raparigas representam apenas 17% dos estudantes de TIC na média dos Estados-membros."

a canção Postal dos Correios, escrita há 24 anos por João Monge e interpretada por Tim e Rui Veloso, quem estuda nos computadores é o rapaz. A rapariga, Laurinda, faz "vestidos por medida".

Já não era esse, felizmente, o papel que a sociedade atribuía às mulheres na época. Nem acredito que passasse sequer pela cabeça do autor fazer a apologia de estereótipos de género. A letra – por sinal, lindíssima – assume o contraste entre um país rural, mais antiquado, e a cidade para onde se adivinha ter partido o autor ou autora do postal.

Contudo, a ideia de que os computadores são coisa de homens, longe de representar uma visão pitoresca do passado, continua ainda hoje bem viva.

É um preconceito que se começa a formar desde as brincadeiras de infância, nas quais os videojogos e os computadores são conotados com os rapazes como antes eram os carrinhos e os piões. E que se manifesta mais tarde nas escolhas de carreira. Um recente estudo europeu revelou que apenas 3% das adolescentes se imaginavam a seguir carreiras nas Tecnologias de informação e Comunicação (TIC), por comparação com cerca de 20% dos rapazes. E a realidade é que continuam a ser muito poucas a fazê-lo.

Ao longo das últimas décadas tem-se registado, em Portugal e em toda a Europa, uma evolução muito significativa da percentagem de mulheres nas chamadas STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Mas as diferenças continuam a ser marcadas, sobretudo nas TIC, incluindo em áreas emergentes como a Inteligência Artificial e a Robótica.

De acordo com o Eurostat, o gabinete de estatísticas da União Europeia, as raparigas representam apenas 17% dos estudantes de TIC na média dos Estados-membros. E em Portugal a percentagem é ainda mais modesta, não indo além dos 12%. A isto acresce o que na gíria científica se chama de efeito de leaky pipeline - literalmente: canalização com fugas -, segundo o qual, mesmo entre as mulheres que optam por estes percursos, a probabilidade de abandono em favor de uma outra área é muito superior à dos homens. No secundário, na universidade, e no momento de ingressar no mercado de trabalho.

Esta realidade é negativa para as mulheres e é negativa para a sociedade em geral. Para as mulheres, porque impede muitas de seguirem a sua vocação e, facto não negligenciável, de acederem a profissões que hoje em dia se encontram entre as mais requisitadas e melhor remuneradas. Para a sociedade, porque esta é privada de uma enorme bolsa de talento, desperdiçando criatividade, competência e capacidade de inovação.

Existe ainda um outro risco, menos palpável, mas bem real, de retrocesso em termos de direitos humanos, nomeadamente no que respeita à igualdade dos géneros. Num mundo em acelerada transição digital, onde os dados têm um peso cada vez mais preponderante, as mulheres têm de ser intervenientes ativos da mudança.

Sem questionar as boas intenções da esmagadora maioria dos cientistas e técnicos envolvidos no desenvolvimento destas tecnologias, estamos mesmo dispostas a deixar que os programas de Inteligência Artificial, que irão analisar os nossos perfis e influenciar as nossas escolhas, sejam essencialmente desenvolvidos por homens? É uma pergunta que todas as mulheres, que todas as raparigas, não podem deixar de se colocar.

Recentemente, entreguei no Parlamento Europeu o relatório "Closing the Digital Gender Gap", que foi discutido na Comissão FEMM - Direitos das Mulheres e igualdade dos Géneros -, no qual abordamos estas problemáticas e apontamos possíveis soluções.

Há muito trabalho que pode ser feito a este nível. Desde logo no plano da Educação, sensibilizando as raparigas para a importância destas áreas, definindo conteúdos que lhes sejam mais apelativos, apresentando-lhes casos de sucesso de mulheres que vingaram nas mesmas e que podem servir de referência. Mas também ao nível dos setores dos média, da cultura e do audiovisual, nos quais por vezes se contribui inconscientemente para a eternização de certos estereótipos. Sem esquecer o mercado de trabalho, onde também há um trabalho de mobilização a fazer.

Cada vez mais, não existem carreiras de rapaz e carreiras de rapariga. Existem o talento, a vocação e a dedicação. E só estes devem contar.

O fosso digital é a nova discriminação de género do século XXI

28/10/2020 in Público

esde os videojogos da infância, fortemente dirigido para os rapazes, à figura invariavelmente masculina dos génios de Silicon Valley que parecem capazes de fazer tudo sozinhos, são raros os estímulos para as novas tecnologias que reflitam uma perspetiva feminina.

Esta visão do mundo digital tem o efeito concreto de afastar as mulheres. Em parte, porque, desde muito novas, são levadas a crer que este mundo não é para elas. Mas sobretudo porque a

própria sociedade não as imagina nesse papel, o que se reflete nas escolhas académicas que fazem e na aceitação que encontram no mundo profissional.

Para citar apenas um dado do Eurostat, em Portugal as raparigas representam apenas 12% dos estudantes de Tecnologias da Informação e Comunicação. Uma percentagem ainda pior do que a já débil média europeia de 17%. O resultado é o menor acesso a uma área que está entre as que melhores perspetivas de carreira oferecem, e a reduzida participação num setor que está a moldar o mundo do futuro.

Esta quarta-feira, na Comissão FEMM - Direitos das Mulheres e Iqualdade dos Géneros, no Parlamento Europeu, será discutido o relatório "Closing the Digital Gender Gap", sobre a participação das mulheres na economia digital, do qual sou relatora. As propostas que apresento passam por medidas, das escolas às empresas, dos governos à comunicação social, que contribuam para se vencer esta nova discriminação de género. Teremos também, aproveitando a primeira Semana Europeia da Igualdade de Género no Parlamento, a presença de Manuela Veloso, professora de Ciências da Computação em Carnegie Melon, e uma das mentes mais brilhantes desta área (masculinas ou femininas). Nada como bons exemplos para acabar com os mitos.







European Green Deal é, simultaneamente, um dos mais entusiasmantes e difíceis desafios alguma vez assumidos pela União Europeia. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, descreveu esta missão como "o nosso homem na Lua", numa referência à proeza alcançada há meio seculo pelos astronautas da NASA. Mas eu diria que o desafio que temos em mãos é muito maior. Aqui, não se trata de chegar ao nosso satélite natural: temos de transformar profundamente a relação que mantemos com o nosso planeta, de forma a assegurarmos a nossa sobrevivência e a de todas as outras espécies que o habitam.

As duas missões têm, no entanto, um aspeto em comum: o seu sucesso depende de um sólido, continuado e bem planeado investimento em ciência e inovação.

A transição verde é absolutamente essencial – já nem os mais céticos se atrevem a contestar as evidências que nos saltam aos olhos todos os dias. As resistências que ainda vão surgindo a assumir o óbvio prendem-se mais com a tentativa desesperada de defesa de interesses setoriais do que com uma verdadeira crença de que o nosso planeta não está numa perigosa curva de insustentabilidade. Mas não vale a pena perdermo-nos em ilusões utópicas: a mudança não irá acontecer apenas com expressões de vontades e alterações de comportamentos. Estas são importantes, sem dúvida, mas não serão suficientes.

Ao longo de mais de um século de industrialização, a humanidade alcançou determinados patamares em termos de qualidade de vida, de longevidade, de saúde, de acesso a bens e serviços, de mobilidade, que não está disposta a sacrificar. Por isso, as soluções que desenvolvermos terão de ser pensadas para preservar o que alcançámos, sem comprometer o futuro das novas gerações. Numa palavra, terão de ser sustentáveis. E essa sustentabilidade virá da inovação e do desenvolvimento de tecnologias limpas, que só a investigação científica torna possível.

Neste capítulo, exploro alguns dos caminhos que nos poderão levar ao sucesso nesta missão das nossas vidas.

European Green Deal: a Europa como exemplo para o mundo

01/12/2019 in Dinheiro Vivo

ut your money where your mouth is". Esta colorida expressão anglo-saxónica, que nos desafia a transformar em atos as nossas crenças e afirmações, ajusta-se na perfeição ao desafio que enfrentamos para responder à crise climática que o planeta atravessa.

Por isso mesmo, o recém-aprovado orçamento da União Europeia para 2020 - para o qual muito contribuiu o Partido Popular Europeu, nomeadamente através do meu colega eurodeputado José Manuel Fernandes -, constitui um ato político de enorme relevância. Um sinal de que o European Green Deal, que encabeça a lista de compromissos políticos da nova comissária Ursula Von der Leyen, e que ambiciona tornar a Europa neutral em termos ambientais até 2050, não é uma manifestação de intenções. É um rumo que a grande maioria das forças políticas do continente encara já como inexorável.

No próximo orçamento comunitário, 21,1% de todo o investimento será dedicado ao clima. O Parlamento Europeu aprovou mesmo um reforço de 504 milhões de euros para esta

rubrica face à proposta inicial. É um compromisso para um ano, mas um compromisso que traça um caminho

Nos transportes, o setor marítimo será abrangido pelo sistema de trocas de emissões de CO2 e as companhias



Maria da Graça Carvalho no Hemiciclo do Parlamento Europeu em Estrasburgo (Julho de 2019)

para o futuro.

Von der Leyen anunciou que os detalhes do European Green Deal serão revelados no dia 11 de dezembro. Mas sabemos já, pelas promessas deixadas na Agenda para a Europa, apresentada quando concorreu ao cargo, que podemos contar com um plano global e não apenas um conjunto de medidas isoladas. E que muitos dos passos a dar terão efeitos disruptivos na economia. aéreas deixarão progressivamente de contar com as isenções de que beneficiam. Na indústria, em particular nos setores de maior consumo energético, a meta será a total descarbonização, enquanto os fabricantes de eletrodomésticos, iluminação e tecnologias da informação terão de apostar na eficiência energética dos seus produtos e na economia circular. Tudo isto sem comprometer padrões de qualidade e de segurança.

Mas teremos também medidas destinadas a assegurar uma transição faseada, respeitando realidades distintas. Fundos de coesão afetos à convergência ambiental entre países. Incentivos vários à reconversão de diferentes setores de atividade. E uma forte aposta na Ciência, na Tecnologia e na Inovação como veículos de excelência para acelerar as conquistas ambientais sem desvalorizar a competitividade e a qualidade de vida europeias.

A Europa, que tem dado passos seguros no sentido de honrar os compromissos assumidos nos Acordos de Paris, bem como as metas para 2030 em termos de redução das emissões de CO2, voltou a subir a parada. E fê--lo, deve sublinhar-se, respondendo a um apelo claro dos seus cidadãos, que identificaram o clima como prioridade número um para as políticas comunitárias. Numa época de incertezas, esta é uma prova de firmeza. Sobretudo quando, por comparação, olhamos para o outro lado do Atlântico e vemos os Estados Unidos, cujo Green New Deal, lançado em fevereiro pelo Congresso, ainda não é mais do que uma resolução não vinculativa à espera dos apoios - políticos e populares - para ensaiar os seus primeiros passos.

Para a Europa, não basta ser líder em termos de ação climática. É também necessário ser o exemplo que todos os outros irão querer seguir, por perceberem que de facto é possível fazê-lo. Disso depende o futuro do nosso planeta.

COP: A cimeira dos governos também já é das pessoas

17/12/2019 in Público

"Copenhaga, em 2009, foi a primeira COP verdadeiramente participada pela sociedade civil. Mas nada comparável ao que se viu agora."

primeira vista esta cimeira do clima desiludiu. Com Quioto a terminar, e o Acordzo de Paris a vigorar na prática a partir de 2020, esperavam-se compromissos concretos em Madrid, garantindo uma transição eficaz. Porém, não houve entendimento em torno do famoso artigo 6, relativo aos mercados de carbono, que ficou fora da declaração final. E o reforço das metas de redução das emissões, assumido por menos de metade das delegações nacionais, ficou para legislar no próximo ano nesses países.

Mas não foi tudo em vão. Houve reconhecimento do impacto transversal das alterações climáticas, traduzido na discussão de temas como os oceanos, a aprovação de apoios financeiros aos países mais ameaçados, a constatação da particular posição das mulheres nesses países, do papel da ciência nas batalhas que nos aquardam.

Houve ainda a noção, clara para quem esteve na cimeira, de que mesmo nos países que mais resistência oferecem a ação climática não é uma miragem. Porque esta já não depende apenas dos governos, tendo-se estendido a todos os setores da sociedade.

Psicologicamente, o governo dos Estados Unidos já está fora do Acordo de Paris. Sentiu-se ao longo desta COP25. A administração norte-americana esteve representada em Madrid, participou em reuniões e em encontros bilaterais, mas nunca com o empenho demonstrado no passado. Contudo, tivemos contactos com outras instituições daquele país que nos relataram o muito que está a ser feito de forma descentralizada. Ao nível dos estados, das cidades. Na adaptação de cursos superiores a matérias relacionadas com o clima. No desenvolvimento de tecnologias amigas do ambiente. No apoio que dão ao resto do mundo nas previsões meteorológicas, área onde são líderes.

Os Estados Unidos não se resumem a Washington ou à Casa Branca. E o mesmo pode ser dito de vários outros países. Ignorar esse facto seria, não só injusto, como objetivamente errado, porque nos conduziria a conclusões distorcidas sobre o papel que irão desempenhar daqui para a frente.

Na sexta-feira, os eurodeputados presentes na COP25 reuniram com Laurence Tubiana, CEO da European Climate Foundation. O seu nome poderá dizer pouco à generalidade dos europeus, mas não é exagero afirmar

A Transição Verde

que esta francesa teve um papel importante na definição do engenhoso e flexível - por comparação com Quioto - Acordo de Paris.

Desta vez, Tubiana falou-nos noutra ideia na qual tem vindo a trabalhar: a "teoria da liderança distribuída". Basicamente, propõe, além de se considerar os países representados pelos seus governos, e pelo que as suas economias fazem como um todo, deveria valorizar-se a ação dos seus diferentes stakeholders: as cidades, as organizações não governamentais, a juventude.

Dei por mim a questionar-me se não se poderiam também contabilizar essas ações como esforços no combate às alterações climáticas. A concretização desta ideia seria complexa em termos de gestão das metas e do seu cumprimento. E não vale a pena alimentar-se a ilusão de que será possível atingir objetivos sem os governos. Mas o princípio faz sentido. Porque não dar mais peso à sociedade quando esta está tão envolvida nestas batalhas?

Nos últimos 20 anos participei quase numa dezena de cimeiras do clima. Comecei em Bona, em 1999. Estive nas COP em representação do Governo português, da Comissão Europeia e como eurodeputada. Não me lembro de alguma vez ter visto tantos jovens como vi nestes dias em Madrid.

Copenhaga, em 2009, foi a primeira COP verdadeiramente participada pela sociedade civil. Mas nada comparável ao que se viu agora. Na Dinamarca viam-se alguns jovens adultos, na casa dos 20 anos. Em Madrid eram centenas, muitos com 12 ou 13 anos, a encher auditórios. A exigir fazer parte da solução.

Na última semana, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou o European Green Deal – o "homem na Lua europeu", como o definiu. Os chefes de Estado europeus, reunidos em cimeira do Conselho da União Europeia, chegaram a um acordo de princípio visando tornar a Europa neutral, em termos de emissões, até 2050.

Fizeram-no respondendo a um claro apelo dos seus cidadãos, feito nas urnas e nas ruas. Quando outros líderes mundiais começarem a dar, de facto, ouvidos às suas sociedades, estaremos todos mais próximos do sucesso nesta batalha pelo nosso planeta.

Product policy efficiency is a good deal

08/01/2020 in European Energy Innovation

ccording to the European Commission (EC), the investment made by manufacturers in ecodesign will soon be saving consumers an average 490 euros in energy bills per household every year.

This effort, along with energy consumption labelling, is also bringing us closer to achieving our climate goals. Again, according to EC estimates, the efficiency gains represent nearly half of the reduction in energy consumption and about one quarter of the emissions reduction targeted by the European Union for 2020.

Let us not forget the benefits for the European industry itself, with estimates of combined savings and extra earnings reaching a whopping €45 billion.

When speaking about products, whether they are household appliances, lighting or smartphones and computers, energy efficiency is definitely a good deal. In addition, it is also very much a moral imperative: the climate crisis we are experiencing compels us to take those steps.

In November, I had the opportunity to host the "Europeans Favourite Products 2019-24" event, in the European Parliament, organized by three of the majors players in the market: APPLIA, DIGITALEUROPE and LightingEurope. I must say that I was impressed by the level of engagement to this strategy shown by the industry and other stakeholders.

Of course, there are concerns, particularly regarding the possibility of disruptive changes emerging from the new Product Framework Policy. However, there is also a strong commitment to keep Europe leading the way in terms of sustainable technologies.



A eurodeputada Maria da Graça Carvalho num evento organizado no Parlamento Europeu (Fevereiro de 2020)

I believe in the ability of industry, particularly in our European ecosystem, to adjust to the challenges we are facing without a strong interference from the legislators.

Legislation must be evidence-based, considering ethical values. It must not create unnecessary additional administrative burdens to businesses. We need to achieve our goals in the simplest way possible and we need a stable framework without surprises. In other words, legislators must mimic the levels of efficiency they are demanding from the industry.

That is not to say that everything is already done from a regulatory

point of view. It never is. For instance, some years ago, questions arose in regards to the labelling system, as brands started to add "+" signs (one or several) to their A level products. This led to confusion among consumers. In 2017, the regulations changed to prevent this and, from 2021 on, new products will be labelled in a simple "A" to "G" scale, with the corresponding colour pattern (green to red).

When we think about what is coming in terms of European Commission priorities for product policy, the call for a strong development of the circular economy is without a doubt something that will require attention.

Again, the advantages of this strategy seem undisputable. Both from an environmental and from an economic point of view. Reusing products and product components will reduce waste, carbon emissions and energy consumption. It will create new businesses and jobs, stimulating the growth of secondary markets. It will empower citizens. As it was the case for the recent advancements in terms of reparability.

However, we have to make sure that product safety remains top priority. To do that, we need a clear and comprehensive set of rules and mechanisms. We must decide what components can be reused and in what conditions. We must determine what to do with those components that are not recyclable, many of them potentially hazardous to human health and the environment. We must know

exactly who answers for the safety of this process in each of its steps.

Gás natural: de nova "porta da entrada" da Europa à saída pelas traseiras

24/01/2020 in Dinheiro Vivo

"Portugal, que serviu de anfitrião à ambiciosa cimeira de 2018, foi deixado à margem numa decisão bipartida entre franceses e espanhóis."

m julho de 2018, numa cimeira em Lisboa, o presidente francês, Emmanuel Macron, e os primeiros-ministros português e espanhol, António Costa e Pedro Sánchez, comprometeram-se a avançar com projetos comuns na área do gás natural, sublinhando "a importância das interligações de gás na região, tanto para fins regionais como enquanto contributo chave para a segurança do abastecimento do mercado europeu".

Alcançou-se assim um importante entendimento político, num processo que tinha conhecido altos e baixos no que ao gás natural dizia respeito, desde o acordo tripartido entre os três países na área do setor energético, assinado em 2015, na altura com Pedro Passos Coelho à frente do governo português.

A Transição Verde

Contudo, em outubro do ano passado, ficámos a saber que as iniciativas que davam corpo a este compromisso – o projeto STEP, nos Pirenéus, e a terceira interligação de gás a partir de Portugal – tinham desaparecido subitamente na 4.ª Lista de Projetos de Interesse Comum (PCI) da Comissão Europeia.

Pior do que esta notícia, só mesmo a explicação da mesma, avançada já em janeiro, após dois meses de quase absoluto silêncio das autoridades portuguesas sobre esta matéria. Afinal, segundo a imprensa portuguesa, que citou "fontes da Comissão Europeia", França e Espanha tomaram a decisão entre si. Tendo estes países concordado que o gasoduto dos Pirenéus deveria ser excluído da referida lista, e uma vez que a terceira ligação de gás natural a partir de Portugal dependia desse projeto, terá sido simplesmente "acordado" eliminar ambos

Ou seja: Portugal, que serviu de anfitrião à ambiciosa cimeira de 2018, e que se comprometeu, via Rede Elétrica Nacional (REN), a assumir 173 milhões do total de cerca de 500 milhões de euros em que o projeto estava orçamentado, foi aparentemente deixado à margem numa decisão bipartida tomada por franceses e espanhóis.

Depois de tanto termos ouvido falar de Portugal como novo interface para o abastecimento da Europa, do hub estratégico de Sines, da alternativa que se ia criar aos gasodutos do Leste Europeu, gostaria de saber que o Governo Português se tinha batido empenhadamente contra esta mudança de ideias dos seus dois aliados históricos.

Contudo, tendo em conta a bucólica reação que foi tornada pública, com o Ministério do Ambiente a reiterar que "o governo não desiste de Portugal ser uma das principais 'portas de entrada' do gás natural para a Europa", a sensação que fica é que, efetivamente, o País foi um mero peão sacrificado num jogo de xadrez entre duas potências.

Poderá argumentar-se, com razão, que Espanha e França - a decisão terá partido sobretudo desta última - têm toda a legitimidade para decidirem a que projetos alocam o seu investimento público. Poderá mesmo lembrar-se o facto, não negligenciável, de estarem em cima da mesa outras parcerias importantes entre os três países, nomeadamente ao nível das redes elétricas. Mas nada disto apaga o sentimento de menorização do país que fica após este incidente. Nem a necessidade de ser esclarecido o papel desempenhado pelo governo português nesta matéria.

Nesta segunda-feira, numa pergunta escrita subscrita por todos os seus eurodeputados, a delegação do PSD no Parlamento Europeu pediu à Comissão Europeia esclarecimentos urgentes sobre esta alteração aos projetos estratégicos.

O atual governo português tem sido especialista em anunciar "vitórias" mais ou menos reais. Já sobre os fracassos, tende a remeter-se ao silêncio. Mas os portugueses têm o direito de ser informados e esclarecidos sobre todos os temas de interesse nacional

Porque devemos ajudar a indústria na transição verde

03/02/2020 in Dinheiro Vivo

"Não seremos um lóbi da Indústria no parlamento Europeu."

á alguns dias, a propósito da constituição do Intergrupo "Sustainable, long-term Investments & Competitive European Industry", no Parlamento Europeu, um jornalista estrangeiro contavame que muitas pessoas têm dúvidas de que a União Europeia deva ajudar a indústria a fazer a transição ambiental imposta pelo European Green Deal.

Defendem essas pessoas, lembrou, que a indústria, em particular aquela cuja atividade é por natureza mais poluente ou consumidora intensiva de energia, tinha consciência há várias décadas dos impactos negativos que causava, e que em muitos casos pouco ou nada fez para adequar as suas práticas.

Da minha perspetiva, esta é uma vi-

são incompleta da história. E é sobretudo uma visão que, a concretizar-se numa abordagem política deste setor, jamais poderá conduzir-nos ao que todos ambicionamos: o cumprimento dos Acordos de Paris, até 2030 - dentro de menos de uma década - e a descarbonização total da economia europeia até 2050. Na realidade, essa postura só levaria à criação de novos problemas, como falências e desemprego.

De um ponto de vista histórico, não podemos ignorar o papel deste setor na construção da sociedade moderna. A revolução industrial está entre as grandes contribuições da Europa para o mundo. Mudou fundamentalmente a maneira como vivemos, tirando inúmeros milhões da pobreza e abrindo caminho para enormes ganhos na educação, saúde, ciência, cultura, bem-estar, mobilidade e qualidade de vida em geral.

Atualmente, além dos padrões de vida que continua a fornecer à população em geral, a Indústria Europeia é direta ou indiretamente responsável por mais de cinquenta milhões de empregos. Ainda é um exemplo para o mundo em termos de qualidade, inovação e sustentabilidade. Ainda é. de acordo com o Eurostat, o maior empregador e o maior contribuinte para o PIB geral da União Europeia. Tudo isto, tendo sobrevivido à crise económica da década passada e à crescente concorrência vinda de outras potências, algumas delas infinitamente menos empenhadas com as questões ambientais.

Nada disto, como é óbvio, serve para desculpabilizar os erros que foram cometidos, muito menos para aligeirar o grau de exigência sobre o setor. Os compromissos estabelecidos são para cumprir. O European Green Deal é para concretizar. No entanto, talvez sirva para que tenhamos consciência de que estes são desígnios coletivos e que apenas juntos os conseguiremos alcançar. Sobretudo quando há outros desafios relevantes no horizonte, como a digitalização e a referida concorrência externa

O novo Intergrupo - do qual sou copresidente, a par de Simona Bonafè e Dominique Riquet, numa liderança onde estão representados os três maiores grupos políticos no Parlamento Europeu - foi criado precisamente com o intuito de ajudar a juntar todas as partes num fórum formal, embora sem a estrutura vertical das comissões parlamentares, onde possam discutir os problemas e procurar as soluções em conjunto.

Não seremos um lóbi da Indústria no parlamento Europeu. Teremos membros do setor financeiros e industrial. Teremos decisores políticos, tanto a nível europeu como nacional. Teremos organizações não-governamentais e movimentos de cidadãos. Queremos assegurar que as normas,



Maria da Graça Carvalho recebeu no Parlamento Europeu, em Bruxelas, o grupo de visitantes "Beja Merece +" (Novembro de 2019) (Novembro de 2019)



A eurodeputada durante a visita de um grupo de cidadãos do Algarve ao Parlamento Europeu, em Bruxelas (Dezembro de 2019)

os apoios e incentivos específicos, os projetos inovadores, sejam discutidos e avaliados antes de serem adotados. Para que, quando isso suceda, tenhamos resultados. Para que não existam desculpas para não cumprir.

O forte interesse que as principais associações da indústria europeia têm revelado por este Intergrupo, com vários pedidos de adesão em curso, é a meu ver uma excelente notícia: prova que os compromissos que assumimos estão a ser levados a sério por todos.

A terra das oportunidades

04/04/2020 in Registo

té esta quinta-feira, o Alentejo registava menos de 60 casos confirmados de COVID-19. É um número que irá seguramente continuar a aumentar, como tem sucedido em todo o país, mas que ainda assim evidencia uma realidade muito distinta daquela que se vai registando noutras regiões, nomeadamente no Norte e Centro.

Sim: o Alentejo é grande e a sua população total ronda apenas os cerca de 750 mil habitantes. A baixa densidade populacional é obviamente um fator determinante. Tal como o envelhecimento da população, que se traduz em menor mobilidade. Mas não creio que a demografia seja a única explicação.

A região continua a ter uma dúzia de cidades com mais de 10 mil habitantes. São cidades com um fluxo assinalável de entradas e saídas de e para outras regiões e países. Em qualquer uma destas poderiam ter já surgido focos significativos da doença. Para já, contudo, a propagação continua a ser relativamente limitada.

Como alentejana, sinto-me inclinada a acreditar que também há explicações culturais para a forma como a pandemia tem progredido na nossa região. As recomendações em vigor, no que respeita ao COVID-19, passam pelo recolhimento e por respeitar a distância social quando temos mesmo de estar fora de casa. E esses comportamentos são porventura mais naturais entre os alentejanos do que na população de outras regiões do país.

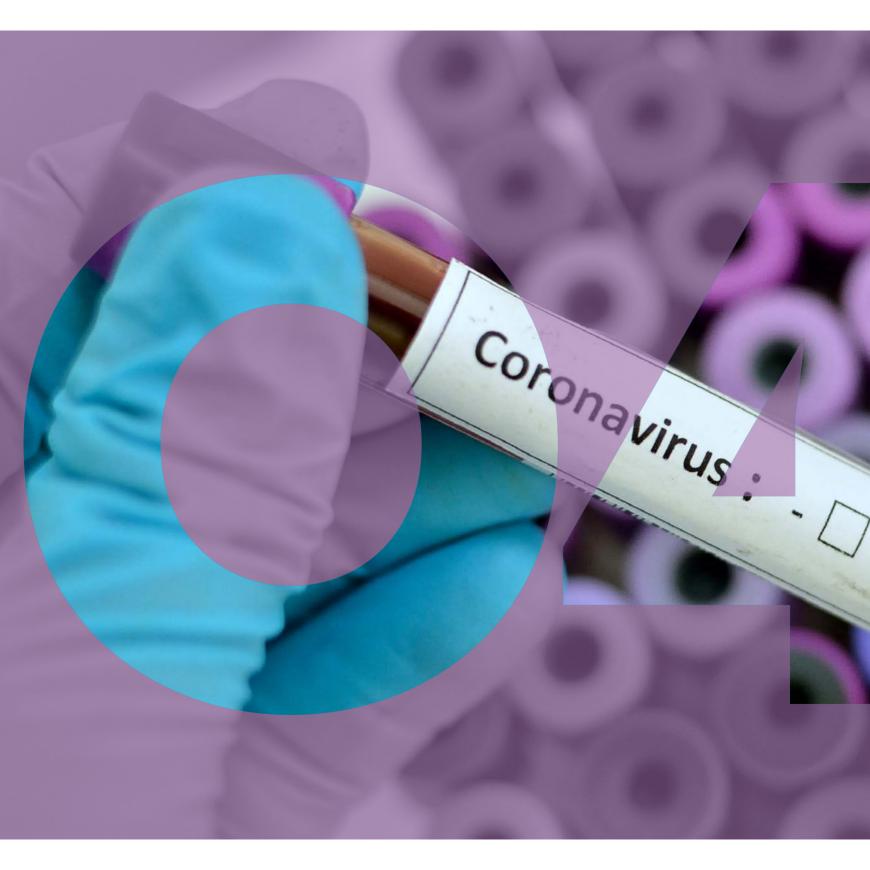
Gostamos dos momentos de convívio social tanto como qualquer outra pessoa. Mas também somos, por natureza, mais cientes do nosso espaço e do espaço do vizinho. Apreciamos uma boa festa, uma feira, um bom espetáculo, mas passamos bem sem idas frequentes a centros comerciais e hipermercados. Não procuramos as multidões. Eu sou uma bejense a viver há muitos anos entre Lisboa e Bruxelas e não foi por isso que mudei essa forma de estar.

Crises como aquela que estamos a viver têm o condão de nos obrigarem a refletir sobre a lógica de algumas escolhas que antes encarávamos como verdades absolutas. Tal como a opção por nos concentrarmos pessoas, empresas, serviços - em grandes metrópoles, onde o espaço é limitado, as deslocações demoradas e cansativas onde vivemos lado a lado com muita gente que não chegamos verdadeiramente a conhecer. Tudo isto porque, acreditamos, "é lá que está o dinheiro", "é lá que estão as oportunidades", "é lá que estão as pessoas".

No mundo digital em que vivemos – e estas últimas semanas têm-no demonstrado de forma muito clara – existem inúmeras formas de trabalhar, de criar valor para nós próprios e para a comunidade, que dependem muito mais das nossas capacidades do que do local onde nos encontramos. Em muitas profissões, até a partir de casa o podemos fazer.

Com algum investimento em infraestruturas e equipamentos, quantas empresas não poderiam fixar-se e operar de forma competitiva fora das grandes metrópoles, reduzindo custos e oferecendo melhor qualidade de vida aos seus colaboradores? Quantos centros de investigação poderiam desenvolver tecnologia de ponta a partir da pacatez de uma pequena vila alentejana?

O Interior, o mundo rural, cujo progressivo abandono o país tem vindo a acompanhar de forma conformada ao longo das últimas décadas, pode muito bem ser a melhor aposta que podemos fazer se quisermos ter um futuro diferente, mais equilibrado e sustentável. Uma nova terra das oportunidades.





Pandemia Coronavir, Te Pós-globalização

pior erro que poderíamos cometer em relação à pandemia de COVID-19 que abalou o mundo seria não retirarmos desta as várias lições que nos deu. O que aconteceu não foi um infortúnio ou um desastre inevitável. Infortúnio terão sido as "pestes" da Idade Média, talvez até a chamada "gripe pneumónica" da segunda década do século XX, porque nessas épocas o conhecimento científico nada tinha de comparável com o atual. A humanidade sabia que a atual pandemia poderia acontecer, e sabia até que estava a contribuir – por atos e omissões – para a sua inevitabilidade.

Ao longo deste ano distópico, tenho-me esforçado por chamar a atenção para as causas da pandemia, para as medidas necessárias para a vencer e para os passos necessários para que façamos tudo o que esteja ao nosso alcance para evitar a sua repetição.

As causas, tal como em relação às alterações climáticas, estão intimamente ligadas à relação que vimos mantendo com o nosso planeta. A forma como interagimos com o mundo natural. Os excessos cometidos em nome da globalização, que nos aproximou mais do que nunca – o que foi positivo – mas nos deixou também muito mais expostos e dependentes uns dos outros. O mundo está ligado, para o bem e para o mal. Não devemos quebrar os laços que se criaram, que nos beneficiam a todos. Mas temos de parar e refletir sobre os aspetos em que poderemos ter ido longe demais e depressa demais.

As respostas a esta pandemia, tal como a prevenção de pandemias futuras, passam pelo conhecimento científico. Foi graças ao investimento sem precedentes em vacinas e terapias – pelas quais me vinha batendo desde janeiro de 2019, ainda antes da dimensão da pandemia se ter tornado óbvia – que conseguimos finalmente ver uma luz ao fundo do túnel. E será através do continuado investimento em ciência e inovação que ficaremos melhor preparados para evitar novas tragédias.

Devemos saber ler os sinais do caso Thomas Cook

08/11/2019 in Barlavento

ma gigantesca operação para garantir o repatriamento de 600 mil turistas espalhados pelo mundo. Cerca de 22 mil postos de trabalho em risco, a maioria dos quais na Europa. Prejuízos elevados.

Só na região algarvia, de acordo com estimativas conservadoras avançadas pela Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), as perdas diretas terão ultrapassado os 18 milhões de euros entre julho e setembro.

Números indicativos de que a falência da Thomas Cook não foi apenas o colapso de um grande operador, o mais antigo do mundo em atividade nesta área.

Foi também um sinal de alerta que obriga legisladores, empresas, instâncias europeias, governos nacionais e poder local a avaliarem se estão a fazer tudo o que podem para proteger um sector que representa 4 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) da União Europeia. E que é de crucial importância para a economia de vários estados-membros, Portugal incluído.

Sem alarmismos. No balanço provisório deste caso há até alguns indicadores positivos. No que respeita à defesa dos consumidores mais diretamente afetados, a legislação comunitária, em particular a EU Package Travel Directive, aprovada em 2015, permitiu evitar males maiores, assegurando as férias ou compensação adequada aos que tinham adquirido «pacotes» de viagens com voo e estadia

Mas devemos também estar conscientes de que nem tudo correu bem. Uma empresa líder de mercado, considerada por muitos «too big to fail», entrou em absoluto colapso com pouco ou nenhum aviso prévio por parte das entidades que deveriam supervisionar a sua atuação.

A Thomas Cook - que não era apenas uma intermediária, gerindo diretamente várias unidades hoteleiras e detendo uma companhia aérea subsidiária - viu mesmo o regulador aeronáutico britânico renovar-lhe a licença em junho deste ano, apenas três meses antes do encerramento abrupto de todas as suas atividades.

A existência de mecanismos que permitem dar resposta a este tipo de crises é essencial. Além da referida diretiva relativa aos «pacotes» de viagens, existem instrumentos como o Fundo Social Europeu e o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização que poderão ser utilizados face a outras ameaças ao turismo europeu, desde a concorrência de novos destinos aos ainda incertos efeitos do Brexit.

Mas é igualmente importante assegurar a articulação entre supervisores nacionais e internacionais porque, em particular no turismo, quando alguma coisa corre mal as consequências raramente se circunscrevem a um país.

Há outras lições que devem ser retiradas. Nomeadamente o risco que constitui depender em demasia de um único sector.

O Algarve tem demonstrado – e voltou a fazê-lo neste caso – que é resiliente e tem capacidade de adaptação perante as flutuações no mercado turístico. Mas talvez possa fazer mais ao nível das estratégias de médio e longo prazo para diversificar as suas fontes de rendimento.

A região tem um enorme potencial de valorização em termos de inovação científica, nomeadamente em tudo o que respeita ao mar e às energias renováveis, para dar apenas dois exemplos.

Está estrategicamente localizada, à entrada do Mediterrânico, podendo desempenhar um papel mais importante a vários níveis, do político ao comercial. E conta com condições naturais praticamente únicas, as quais, com um investimento em infraestruturas nas quais é ainda deficitária, nomeadamente na Saúde e no digital, a tornariam ainda mais atrativa para quem trabalha em empresas e projetos internacionais e tem autonomia para fixar residência nos locais onde encontra melhor qualidade de vida.

As crises, por mais gasta que esta



Maria da Graça Carvalho e Jerzy Buzek (Partido Popular Europeu - PPE), expresidente do Parlamento Europeu e ex-primeiro-ministro da Polónia, durante uma Sessão Plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo (Novembro de 2019)

frase possa parecer, tendem mesmo a ser oportunidades de progresso. Porque nos obrigam a refletir.

Maria da Graça Carvalho | Eurodeputada do PSD, integra as Comissões Indústria, Investigação e Energia (ITRE), na qual é vice-coordenadora do grupo do Partido Popular Europeu, Mercado Interno e Proteção dos Consumidores (IMCO) e Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (FEMM). Das suas funções como eurodeputada faz ainda parte a defesa dos interesses das populações de diversos distritos do Sul de Portugal, nomeadamente Faro, Évora, Beja, Portalegre e Setúbal.

Combater o vírus da incerteza na saúde e na economia

25/03/2020 in Público

s sociedades precisam de estabilidade para funcionarem em pleno. Os tempos que correm, contudo, são provavelmente os mais incertos que a maioria de nós já viveu. É por isso que a guerra contra o coronavírus é travada em duas frentes: a saúde, absolutamente prioritária; e a economia, fundamental no curto e no longo prazo.

O primeiro desafio é precisamente não deixarmos que a incerteza nos conduza à inação. O coronavírus acabará por ser derrotado. Mas o que fizermos agora, individualmente e como sociedade, será decisivo tanto no número de mortes que serão evitadas como nas vidas que todos teremos quando isto terminar.

É preciso investir mais. Agilizar mais os procedimentos. É preciso uma estratégia clara a nível europeu, que oriente, apoie e reforce as respostas que estão a ser dadas pelos diferentes países. Temos de subir a parada à escala da ameaça que enfrentamos.

O objetivo essencial dessa mobilização é sem dúvida a proteção da saúde das nossas populações. No entanto, estou convencida de que essa será também a melhor resposta no plano económico.

A gestão económica da crise do coronavírus deve fazer-se considerando as diferentes realidades. Há setores, pessoas, que nesta fase são essenciais, aos quais devem ser garantidos todos os meios para cumprirem a sua missão de forma eficaz e segura. Na saúde, na proteção civil, em vários serviços. Também na indústria e investigação cujas atividades são úteis à guerra que estamos a travar.

E há outros setores importantíssimos para a nossa sociedade que estão a serfortemente afetados e terão também de ser apoiados, não esquecendo a proteção social às franjas mais fragilizadas da população.

Aos políticos, eleitos pelos cidadãos, exige-se proatividade nos seus diversos papéis. O quadro que a Comissão Europeia acaba de apresentar, com as primeiras medidas para abrandar as restrições às ajudas económicas que cada Estado e a própria União Europeia podem dar às empresas, é uma resposta importante. Permitirá, no imediato, injetar oxigénio no sistema de crédito, de forma a que esta crise não tenha um impacto desproporcional sobre os cidadãos, as PME e as economias locais. Mas temos de ser decididos e criar as bases de uma cooperação que vá além das medidas de emergência.

Como eurodeputada, à semelhança de muitos dos meus colegas, tenho tentado influenciar aqueles que estão em posição de tomarem medidas de impacto imediato.

Há alguns dias, a comissária europeia para a Ciência, Educação e Juventude, Maryia Gabriel, apresentou aos coordenadores e vice-coordenadores da Comissão ITRE (que engloba a Indústria e também a Ciência e Inovação) um conjunto de medidas importantes para aumentar o envolvimento da investigação científica europeia no combate ao COVID-19, entre as quais o apoio de 80 milhões de euros concedido ao laboratório germânico que está a desenvolver a vacina conhecida como CureVac.

Na resposta que lhe enviei, para além de lhe agradecer os esforços, pedilhe que os multiplicasse, nomeadamente através da rápida criação de uma Missão destinada a coordenar e acelerar todas as iniciativas de ciência e inovação nesta área, à semelhança do que está previsto para o programa-quadro Horizonte Europa na área do cancro. Esta missão deverá ter um financiamento substancial, de pelo menos mil milhões de euros. O seu principal objetivo será o desenvolvimento de terapias e de uma vacina no mais curto espaço de tempo possível. Além disso, poderá ter um papel fundamental no acesso a dados, que é um fator decisivo para a rápida prossecução destes objetivos.

No mesmo sentido, contactei esta semana o comissário europeu para o Mercado Interno, Thierry Breton, pedindo-lhe que tomasse medidas para incentivar a indústria a envolver-se na resposta às necessidades atuais, nomeadamente em termos de equipamentos médicos como ventiladores e máscaras de proteção e a possibilidade de agilizar a questão da limitação da protecção, através de patente, da produção de ventiladores. Outros terão feito apelos semelhantes.

Nesta quinta-feira, o comissário anunciou várias medidas que vão ao encontro dessas preocupações.

São pequenos passos, mas que mostram já uma atitude diferente para melhor em relação a esta crise de saúde que é também económica. Nesta fase é especulativo apontar medidas para o "pós-guerra", porque ainda não conhecemos o real impacto desta crise. Mas já não restam dúvidas de que muitas coisas não voltarão a ser iquais após o coronavírus.

Temos a obrigação de aprender com esta experiência.

Por uma globalização sustentável

27/03/2020 in Dinheiro Viuo

"A presente pandemia de coronavírus é, a vários níveis, o exemplo da tempestade perfeita a que a globalização nos pode conduzir."

fenómeno a que chamamos de globalização trouxe-nos ganhos inegáveis. Há mais informação a circular, que chega instantaneamente aos quatro cantos da Terra. E isso traduz-se em benefícios educacionais, tecnológicos, culturais e até democráticos. As distâncias e as diferenças culturais deixaram de ser uma barreira aos negócios, o que tem permitido fazer crescer a economia mundial, melhorar a qualidade de vida das populações, reduzir conflitos. As viagens, por lazer ou em negócios, deixaram de estar reservadas às elites. Nunca foi tão barato andar de avião.

Mas o contraponto de todos esses benefícios também existe: a desinformação e o uso abusivo dos dados; o aumento das emissões de gases poluentes, por exemplo por via das viagens de avião ou da importação de matérias-primas e produtos que anteriormente eram obtidos localmente; e uma crescente interdependência global que leva a que, a cada vez que um país ou região se depara com uma crise, todo o mundo se ressinta.

A presente pandemia de coronavírus é, a vários níveis, o exemplo da tempestade perfeita a que a globalização nos pode conduzir. A enorme mobilidade das populações potenciou a disseminação, em escassos meses. de uma doença que começou - tanto quanto o sabemos - por estar circunscrita a uma cidade chinesa. A dependência global de componentes cujo fabrico está concentrado num grupo restrito de países, como a referida China e outros estados asiáticos, levou a que as quebras de produção nestes locais afetassem a indústria à escala planetária. E a tudo isso somam-se as medidas tomadas para conter a disseminação da Covid-19, as quais, de um momento para o outro, reduziram a escombros inúmeras atividades, do turismo ao desporto de alta competição.

A recessão que se anuncia será tão global como o mundo em que vivemos: nenhum país, por mais draconianas que sejam as medidas adotadas para conter a proliferação da pandemia, por mais generosos que sejam os estímulos e compensações à economia, escapará incólume a esta crise.

A questão, agora, é o que deveremos fazer quando a tempestade passar. Há quem já se refira a esse período como o "pós-globalização" ainda que, em rigor, não saibamos exatamente o que isso significará. Seguramente não queremos voltar a ter um mundo cheio de fronteiras, físicas e simbólicas. Não queremos dar fôlego a discursos securitários e xenófobos. Não queremos abdicar do poder que nos dá o facto de trabalharmos em conjunto. No conhecimento. Na saúde. Nos negócios.

Teremos, contudo, de encontrar estratégias que nos permitam caminhar lado a lado sem sermos demasiado dependentes uns dos outros. No caso da União Europeia, o espaço comum em que nos inserimos, isso



Maria da Graça Carvalho no Parlamento Europeu em Bruxelas (Julho de 2019)

passa por conquistar ou recuperar soberania e liderança em áreas onde fomos sendo ultrapassados. Nomeadamente na ciência e inovação, fundamentais para que sejamos capazes de desenvolver - sem ter de esperar por terceiros - as soluções para desafios a médio e longo prazo, como o combate às alterações climáticas, ou crises súbitas como a que agora vivemos com o coronavírus

Que estratégia industrial após o COVID-19?

24/04/2020 in Revista Indústria

uando a CIP me desafiou a escrever um artigo sobre Estratégia Industrial Europeia, no final de fevereiro, a realidade que conhecíamos era totalmente distinta daquela em que agora nos encontramos. Vivemos uma situação de emergência, a qual é antes e acima de tudo de saúde pública, mas cujas inevitáveis consequências económicas são já evidentes.

Os dados que nos chegam da China, relativos a janeiro e fevereiro, dão conta de quebras superiores a dois dígitos na produção industrial (-13,5% face ao período homólogo de 2019), nas vendas a retalho (-20,5%) e nos investimentos em ativos fixos (-24,5%). Um alerta sobre o que está para vir.



A eurodeputada Maria da Graça Carvalho num evento organizado no Parlamento Europeu (Fevereiro de 2020)

Nesta fase, em que a tempestade ainda não passou, a prioridade é cerrar fileiras na guerra contra o CO-VID-19. Os setores mais necessários no imediato, como o farmacêutico e de equipamentos médicos, esforçando-se por aumentar a produção. Outros, confrontados com dificuldades operacionais e quebras acentuadas na procura, adaptando-se e resistindo o melhor possível.

Não vale a pena iludirmo-nos: quando vencermos a crise na saúde iremos continuar a enfrentar a crise económica. E mesmo que ainda seja cedo para avançar cenários – porque

desconhecemos a real dimensão do problema -, já temos elementos suficientes para saber que a União Europeia tem de começar a trabalhar em conjunto numa estratégia para o "pós-guerra".

Há lições importantes que podem ser aprendidas de imediato. Em primeiro lugar, a necessidade de se repensar a excessiva interdependência global em certos setores estratégicos, nomeadamente nas referidas indústrias ligadas à saúde. Em segundo, a confirmação do valor inestimável do conhecimento humano, da investigação científica, no qual assenta a solução

para esta crise, através do desenvolvimento de terapias e de uma vacina.

Há dois meses atrás, a estratégia industrial europeia estava a ser delineada no quadro do European Green Deal, tendo em conta a emergência climática e a necessidade de fazer a transição para uma economia descarbonizada, sem comprometer a competitividade e a liderança. Uma transição impossível sem uma forte aposta no triângulo do conhecimento – educação, ciência e inovação.

Terão essas prioridades deixado de fazer sentido? Serão seguramente necessários ajustes significativos. O abrandamento económico não deixará de se traduzir também em níveis inferiores de emissões de CO2, de consumo energético e de combustíveis fósseis. Basta ver a evolução do preço do gasóleo e da gasolina para constatar esse facto. E há setores da indústria, entre os quais grandes consumidores de energia, que terão de ser protegidos porque estão a ser fortemente abalados.

Mas respondendo diretamente a essa dúvida, julgo que não devemos deixar que essas medidas, necessárias, sejam confundidas com um recuo estratégico. Pelo contrário: os tempos que correm servem para nos lembrar que o controlo que imaginávamos ter sobre o nosso planeta era mais aparente do que real. Devemos trabalhar em conjunto sem nos desviarmos do rumo que traçámos para o longo prazo. E esse rumo passa por encontrar novas e melhores soluções.

Uma vacina para todos os males

01/05/2020 in Dinheiro Vivo

"Se a pandemia de coronavírus é um problema mundial, faz algum sentido que os esforços para a vencer não sejam partilhados?"

s últimas semanas trouxeram algumas notícias positivas no que respeita à batalha contra o coronavírus. Primeiro, a comissária europeia com o pelouro da Investigação, Mariya Gabriel, anunciou a criação de uma "parceria" dedicada à investigação contra o coronavírus e eventuais futuras pandemias, no âmbito do próximo programa-quadro Horizonte Europa. Depois, a presidente da Comissão, von der Leyen, revelou que a União Europeia se irá associar à iniciativa para recolher 7.5 mil milhões de euros, destinados à resposta global à pandemia. Uma iniciativa que já incluía instituições como a Bill and Melinda Gates Foundation, o Banco Mundial e a Organização Mundial de Saúde.

No caso do primeiro projeto, há muito que era evidente a necessidade de a União assumir uma atitude mais ambiciosa, quer do ponto de vista financeiro quer ao nível da articulação do esforço coletivo para o desenvolvimento de uma vacina e de tratamentos. A criação de uma estrutura

capaz de assumir esse papel foi, de resto, uma das propostas apresentadas pelo Grupo Europeu do PSD, no documento: "Mais Europa – Respostas à Crise da Covid-19", divulgado em abril.

Na nossa proposta falávamos de uma missão, com características semelhantes à Missão do Cancro já prevista para o Horizonte Europa. A "parceria" agora revelada cumpre a mesma finalidade e, segundo deu a entender a comissária, deverá vir acompanhada de um necessário reforço das verbas globais para o programa-quadro dedicado à Ciência e Inovação.

Considerando que, apenas há uns meses, vários estados-membros defendiam cortes significativos nos valores propostos para a Ciência pelo Parlamento Europeu e pela Comissão Europeia, o facto de Mariya Gabriel ter a confiança de fazer este anúncio não deixa de ser indicativo de uma nova atitude, mais solidária, entre os países da União Europeia. Só é de lamentar o tempo perdido até que se tornasse óbvio o que já saltava à vista.

A globalização deste combate, também defendida no documento do PSD, é outro passo fundamental. Se a pandemia de coronavírus é um problema mundial, afetando 220 países e territórios, faz algum sentido que os esforços para a vencer não sejam partilhados? Com os recursos e os melhores investigadores do planeta coordenados num esforço comum, seguramente ganharemos a guerra mais rapidamente e com menos vidas perdidas ou destruídas. O desenvolvimento de uma vacina tem de ser a prioridade número um. Recentemente tem-se debatido muito o alívio das medidas de confinamento e a "reabertura" da economia e da sociedade, até em países onde os novos contágios e baixas continuam elevados ou estão mesmo em ascensão. E é perfeitamente compreensível que muitos líderes políticos, muitos cidadãos cujos negócios ou atividades dependem do regresso à normalidade, anseiem pelo rápido alívio das restricões atualmente existentes, porque as perdas são de facto muito pesadas e insustentáveis no médio prazo.

Mas é preciso moderar essas expectativas. Enquanto não tivermos uma forma de neutralizar a causa desta crise, o vírus SARS-COV2, os momentos de recuperação poderão sempre ser passageiros, e eventuais novas vagas terão consequências pesadas na saúde e na economia.

Olivier Blanchard, antigo economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, insuspeito de desvalorizar o impacto económico das atuais medidas de saúde pública, fez esse mesmo alerta na passada terça-feira, num webinar promovido pelo Partido Popular Europeu. Nas suas palavras, a prioridade número um para vencer esta crise tem de ser "investir em Saúde e em investigação científica na área da Saúde". É uma guestão de números, acrescentou: "Todo o investimento será pequeno quando comparado com os custos que estamos agora a suportar".

Aviação: brincar com a segurança

06/06/2020 in Expresso

falta de recomendações sobre o distanciamento social nos aviões acabou por ser o principal destaque no pacote relativo aos transportes e ao turismo da Comissão Europeia. Não é uma total surpresa, face às crescentes e muito públicas pressões do lóbi das transportadoras aéreas e alguns dos seus CEO. Mas não deixa de ser uma medida – ou ausência dela – muito difícil de explicar aos cidadãos.

Mesmo em progressiva redução do confinamento, a generalidade dos países da União Europeia continua a limitar eventos públicos, a condicionar o acesso a estabelecimentos comerciais, a dispor até sobre quantas pessoas devemos receber em casa. Em Portugal, teatros e cinemas reabriram com uma lotação máxima de 50%. Como justificar que uma centena ou mais de pessoas possam viajar num avião sem que sejam tomadas medidas para as manter a uma distância segura umas das outras?

A verdade é que não existe uma resposta credível para a pergunta. Pelo menos uma que possa ser fundamentada, sem margem para dúvida, com base em evidências científicas. E esse facto ficou bem patente nas atabalhoadas tentativas de justificação desta decisão por parte das autoridades europeias e nacionais e das próprias companhias aéreas.

A comissária europeia dos Transportes, Adina Valean, transferiu o ónus para os passageiros, classificando o ato de voar como uma espécie de decisão indivi-dual supérflua, por contraste com outros transportes aos quais são impostas estas regras. Como se todos os emigrantes que precisam de voltar a casa para estarem com as famílias, todos os profissionais cujas atividades dependem de longas deslocações internacionais, tivessem sempre estes meios alternativos como opção. As companhias ensaiaram explicações técnicas, como a qualidade de filtragem "de nível hospitalar" dos aparelhos.

Argumentos que fogem ao essencial: a questão não se resume a saber se um avião coloca menos risco de contágio do que um autocarro ou um comboio. A dúvida é se o risco é baixo ao ponto de permitir dispensar cautelas mantidas noutras situações teoricamente menos perigosas, nomeadamente atividades ao ar livre, como um dia de praia.

A resposta que explica a decisão da Comissão Europeia é económica: sem lotações de pelo menos 77% da capacidade dos aviões, dizem as companhias, os voos tornam-se financeiramente insustentáveis. Foi com este argumento que levaram a melhor. Mas talvez seja prematuro dizer que ganharam alguma coisa com isso.

Todos os negócios dependem de um ingrediente essencial para terem sucesso: a confiança dos clientes. Admitindo que os passageiros darão um voto de confiança às operadoras no futuro próximo, enchendo-lhes os aviões, seguramente não o voltarão a fazer caso esta decisão tenha consequências do ponto de vista da saúde pública.

Em toda a minha carreira tenho defendido a importância de as decisões políticas serem suportadas por sólidas evidências científicas. Estas, por si, não garantem o sucesso das medidas nem dispensam a ponderação de outros fatores. Mas reduzem a margem de erro e reforçam a confiança dos cidadãos. E é dessa confiança, mais do que de exceções feitas por medida, que precisamos verdadeiramente para sair desta crise.

Cuidadores: por uma Estratégia Europeia

14/07/2020 in Público

Com **Frances Fitzgerald**, eurodeputada irlandes

"Os cuidadores continuaram a tratar dos idosos, dos doentes crónicos, dos cidadãos portadores de deficiência, ao longo da pandemia."

édicos, enfermeiros, pessoal de saúde em geral, têm estado na linha da frente da luta contra a COVID-19 desde o primeiro dia. Eles assumiram os maiores riscos, suportaram as longas horas de trabalho sob grande pressão, lidaram com o peso mental de darem o seu melhor 24 horas por dia, sete dias por semana, e de constatarem que isso muitas vezes não era o suficiente, porque estavam a combater um adversário implacável.

A Europa reconheceu merecidamente o papel que têm desempenhado nesta crise. Através de gestos simbólicos, como a tradição do período de confinamento de os aplaudirmos nas nossas varandas todos os dias às 20.00, e de compromissos concretos. Nomeadamente no sentido de assegurar que poderão fazer o seu trabalho sem terem de se preocupar com obstáculos como carências injustificadas de pessoal e de equipamentos.

Contudo, há outros também dignos de reconhecimento pelos sacrifícios que têm feito por terceiros. Sacrifícios que nem sempre têm recebido esse reconhecimento. Entre estes estão os cuidadores, formais e informais.

Os cuidadores continuaram a tratar dos nossos idosos, dos nossos doentes crónicos, dos nossos cidadãos portadores de deficiência, ao longo de todas as etapas desta pandemia. Não houve possibilidade de teletrabalho para eles.

Trabalhando com diferentes grupos de risco da população, também eles viram partir muitos que não conseguiram vencer esta doença. E também eles, ocasionalmente, pagaram o derradeiro preço por dedicarem as suas vidas aos outros.

Os surtos de COVID-19 em lares de terceira idade têm sido comuns ao longo desta crise. Frequentemente, com consequências graves para os residentes, mas também para o pessoal. Recentemente foram detetados vários casos num lar de Reguengos de Monsaraz, no Alentejo. Entre eles estava uma mulher de 40 anos, uma cuidadora, que tal como vários utentes acabou por não sobreviver.

Deveremos encarar a sua morte como mais um número anónimo numa estatística? Ou temos de reconhecer que esta pessoa perdeu a sua vida concretizando um dos pilares de qualquer sociedade: a nossa capacidade de cuidarmos daqueles que são incapazes de cuidar deles próprios?

Se concordarmos que a segunda descrição é mais adequada, temos de começar a procurar formas de melhorar as condições de trabalho deste grupo, tal como o estamos a tentar fazer em relação às vidas dos médicos, enfermeiros e outro pessoal de saúde

O cuidado acontece dentro das casas e dentro das comunidades. É ajustado às necessidades de indivíduos e de comunidades específicas. Contudo, isso não significa que não existam pontos em comum a considerar. Existem! Incluindo o facto de a maioria dos cuidadores, formais e informais, serem mulheres.

Na Europa, as mulheres representam 93% dos cuidadores em creches, 86% dos cuidadores pessoais em serviços de saúde, e 75% de todos os cuidado-



A eurodeputada Maria da Graça Carvalho durante uma intervenção na Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE) (Dezembro de 2019)

res informais. E correspondem ainda a 4,5 milhões dos 5,5 milhões que prestam serviços de cuidados pessoais nas casas das pessoas.

Temos de abordar estes pontos em comum, e é por isso que estamos a apelar ao estabelecimento de uma Estratégia Europeia para os Cuidadores, destinada a assegurar que o seu trabalho é reconhecido e valorizado nas nossas sociedades. Uma estratégia que permitiria recolher dados sobre tendências comuns nos cuidados

por toda a Europa, que abordaria as tendências comuns no emprego e na adequada proteção social dos cuidadores, e que poderia utilizar fundos europeus existentes na infraestrutura de cuidados. Temos de cuidar daqueles que, mais cedo ou mais tarde, irão cuidar de nós.

Cimeira Europeia: A UE é muito mais do que uma fonte de financiamento

22/07/2020 in Observador

"A UE não é um mero "pote" onde se vai buscar financiamento. É defender os valores democráticos e não os trocar por financiamento. Durante estes cinco dias, tudo isso foi esquecido."

acordo alcançado na Cimeira Extraordinária do Conselho Europeu é uma boa notícia. Nomeadamente para Portugal, que vê reforçado em 37% o envelope financeiro que lhe é destinado, face ao anterior quadro financeiro, passando a dispor de boas condições para ultrapassar a atual crise. Ainda assim, tenho dificuldade em acompanhar a euforia a que se assistiu por parte de muitos líderes europeus. A UE não é um mero "pote" onde se vai buscar financiamento. É muito mais do que isso. É trabalhar em conjunto na Ciência, no Ambiente, na luta das alterações climáticas, promovendo a nossa cultura e o nosso património. É defender os valores democráticos e não os trocar por financiamento. Durante estes cinco dias, tudo isso foi esquecido.

É bem provável que este tenha sido, de facto, um entendimento "histórico". Mas o verdadeiro significado dessa classificação só será conhecido no médio e no longo prazo.

Este é um acordo que, dizem, envia sinais de "unidade". E, de facto, pela primeira vez na história da UE, os Estados-membros assumem uma partilha de risco, sendo parte do financiamento do Plano de Recuperação económica obtida a partir de dívida,

através da ida aos mercados da Comissão Europeia, dando o orçamento europeu como garantia. Mas quando analisamos o envelope financeiro acordado, o que verdadeiramente sobressai é que cada Estado-membro conseguiu ver ressalvados os seus interesses particulares, por via das dotações nacionais.

Neste acordo, do qual se diz vir reforçar a "confiança" no projeto europeu, a União e os seus projetos conjuntos - na Ciência, na Inovação, no Digital, no Clima, na Juventude, na Saúde, Educação e Cultura - são os principais sacrificados.

É um acordo, enfim, que dá resposta



Maria da Graça Carvalho em Bruxelas (Janeiro de 2020)

a problemas do presente – como se impunha –, mas que lança sombras de incerteza sobre o futuro. Iremos responder no imediato ao impacto da crise económica causada pelo coronavírus. Mas teremos piores condições para prevenir situações semelhantes. Porque não teremos os meios necessários, nem estaremos suficientemente preparados pela experiência da colaboração conjunta. É esta que nos faz ultrapassar a fragmentação e nos dá a massa crítica para sermos competitivos a nível mundial.

Não basta reafirmarmos solenemente o nosso compromisso com o combate às alterações climáticas, o nosso empenho no desenvolvimento de uma vacina e de terapias contra a Covid-19, a nossa ambição de modernizarmos a nossa economia e de a tornar mais competitiva e resiliente. Tudo isso exige investimento sustentado na Ciência, na Inovação, na investigação, tudo isto exige cooperação entre Estados-membros.

Todos sabemos que apenas com uma Europa mais coesa e cooperante seremos capazes de recuperar a soberania e a liderança que, a vários níveis, temos vindo a perder para os Estados Unidos e diferentes potências asiáticas. Mas o que saiu destes dias de Cimeira não foi uma solução europeia e, sim, um entendimento para que cada um procurasse por si as soluções para os seus problemas concretos, como se muitos deles para não dizer a quase totalidade não fossem, na realidade, problemas comuns.

E pelos vistos - o que é particularmente inquietante -, esta foi a solução que deixou todos satisfeitos. Os chamados países "frugais" saíram orgulhosos por verem reduzido o bolo das suas contribuições e por terem consequido impor alguns mecanismos para, no limite, penalizarem aqueles que ostensivamente apliquem mal as verbas de que irão dispor. Os países mais desesperadamente necessitados da injeção de oxigénio europeia, categoria na qual Portugal se inclui, celebraram o facto de terem obtido tudo ou quase tudo o que pediam. Os restantes parecem ter ficado satisfeitos pelo simples facto de se ter chegado a um consenso.

Não me apercebi - se estou errada, aqui ficam desde já as minhas desculpas - de qualquer reação oficial em que se equacionassem as consequências da opção que se tomou. Em que se perguntasse onde fica neste acordo a "nova geração europeia" que dá o nome ao Plano de Recuperação. Onde estão as respostas aos anseios e necessidades dos nossos jovens, que no futuro serão chamados a pagar as dívidas que agora estamos a criar? Onde está o espaço para o rejuvenescimento e transformação a que todos aspirávamos?

Podemos ser otimistas e acreditar que, estabilizada a situação interna, serão os próprios Estados-membros a fazerem por si os investimentos que deixarão de ser possíveis através dos projetos da Comissão Europeia. É verdade que alguns países até já

deram mostras de o quererem fazer. Mas será que podemos mesmo esperar essa atitude da maioria? Se não fizeram esse esforço agora, porque o irão fazer depois?

Por uma Europa maior do que a soma das suas partes

31/07/2020 in Dinheiro Vivo

uando a presidência alemã do Conselho da União Europeia se sentar à mesa com a equipa de negociadores do Parlamento Europeu, da qual faz parte o meu colega José Manuel Fernandes, para discutir as alterações ao Quadro Financeiro Plurianual (MFF) 2021-27, não estarão em causa apenas números e programas. Em cima da mesa estará também a ideia do que é e do que deve ser no futuro esta nossa Europa.

Todos – governos, eurodeputados, Comissão Europeia – ficámos satisfeitos com a existência de um entendimento sobre o Plano de Recuperação da COVID-19 e o próximo MFF, que permitiu assegurar que cada estadomembro terá acesso a financiamentos adequados para relançar a sua economia e ultrapassar a crise. Todos concordámos com o caráter inovador de algumas das soluções encontradas, nomeadamente a própria Comissão Europeia ir aos mercados, apoiada pelo orçamento comunitário, para financiar esta recuperação.

Mas quem vê na Europa mais do que uma solução utilitária para problemas conjunturais e nacionais não pode ter ficado conformado com o contraponto saído daquela cimeira do Conselho Europeu: o desinvestimento na competitividade, liderança e sustentabilidade futura da União Europeia. Essa parte do acordo, não há outra forma de o dizer, é profundamente penalizadora.

Os programas geridos pela comissão, que financiam o trabalho conjunto entre parceiros de vários estados-membros, em áreas como a Educação, a Ciência, a Inovação, a luta contra as alterações climáticas a Saúde, a Digitalização, foram todos subalternizados por este entendimento. Num certo sentido renacionalizou-se o orçamento comunitário, abdicando-se assim de dar prioridade ao projeto europeu e ao futuro da Europa, no qual se incluem as novas gerações.

Tudo isto poderá parecer, de uma perspetiva nacional, um compromisso lógico face à necessidade urgente de assegurar liquidez na economia. Mas para um eurodeputado não pode, não deve ser aceitável. Somos eleitos pelos nossos concidadãos e temos uma responsabilidade superior de defesa dos interesses nacionais. Mas estamos também ao serviço de uma câmara que foi criada para dar forma a este projeto em que nos enquadramos, na convicção de que os passos que dermos em conjunto serão mais exigentes, menos imediatos, mas que no final servirão melhor os interesses de todos.



A eurodeputada Maria da Graça Carvalho num evento organizado no Parlamento Europeu (Fevereiro de 2020)

É por isso que a posição de força assumida pelo Parlamento Europeu, no plenário de 23 de julho – relembrando que tem uma palavra a dizer sobre a aprovação do MFF, apontando claramente as falhas acima referidas, exigindo uma verdadeira negociação – é não só oportuna como plenamente justificada.

Quando, logo após a cimeira extraordinária do Conselho, assumi publicamente as minhas preocupações com as decisões tomadas relativamente ao futuro dos programas europeus, confesso que não sabia até que ponto aquela perspetiva seria partilhada pela generalidade dos eurodeputados. Sobretudo num momento de celebração de um acordo muito difí-

cil. Mas o que se viu nos dias que se seguiram, e que ficou consubstanciado na Resolução aprovada pelas principais forças políticas, reforçou a minha confiança nesta câmara e no papel que aqui desempenhamos.

No Parlamento Europeu representamos os nossos países, as nossas cores e famílias politicas. Mas como Parlamento Europeu servimos a Europa. Tal como o faz a Comissão Europeia. Tal como o deve fazer o Conselho. Se não o fizermos, deixaremos de valer como um todo. Seremos apenas a soma das nossas partes.

Testes rápidos da covid-19 podem ser "livre-trânsito" para a normalidade

20/09/2020 in Público

"Neste momento, os melhores candidatos a oferecerem soluções de curto prazo, permitindo-nos mitigar novas escaladas do contágio e assegurar um quase regresso à normalidade, são os testes rápidos ao coronavírus."

vacina é a melhor aposta para ultrapassarmos a pandemia de covid-19 e continuamos a ter razões para acreditar que será uma realidade no futuro próximo. Até lá, contudo, é importante diversificar estratégias e não perder de vista ou-

tras soluções com o potencial para fazerem a diferença no imediato.

Neste momento – além da manutenção do respeito pelo uso da máscara, os cuidados de higiene e as regras do distanciamento físico –, os melhores candidatos a oferecerem soluções de curto prazo, permitindo-nos mitigar novas escaladas do contágio e assegurar um quase regresso à normalidade, são os testes rápidos ao coronavírus.

Imaginemos um kit de baixo custo, acessível a todos, que pode ser utilizado diariamente em casa por qualquer um e garante resultados fiáveis em menos de 20 minutos. O que poderia uma solução desta ordem, uma vez massificada, representar para as empresas, para as escolas, para os serviços públicos em geral? Que possibilidades abriria para a oferta cultural, os eventos desportivos, os estabelecimentos noturnos, a aviação comercial?

Recentemente, tem gerado muito debate, sobretudo em Portugal, a famosa aplicação de telemóvel que permitiria monitorizar os casos positivos de covid-19. Mas a verdade é que, sem percentagens muito superiores de cidadãos testados, esta tecnologia terá sempre um valor limitado.

Há uns tempos atrás, testar a população em massa e sistematicamente pareceria pouco exequível. E muito menos realista seria imaginar que isto pudesse ser feito pelos próprios cidadãos, como uma qualquer outra rotina diária, numa espécie de check-in prévio ao início das suas atividades. Mas é precisamente isto que está agora em cima da mesa.

O Reino Unido acaba de anunciar um investimento da ordem dos 550 milhões de euros para a pesquisa e desenvolvimento destes "kits" covid-19. Nos Estados Unidos, epidemiologistas reputados têm pedido medidas idênticas ao governo federal, que poderá bem vir a anunciá-las em breve. Na União Europeia temos também de encarar esta possibilidade com muita atenção.

No início desta semana, a delegação do PSD no Parlamento Europeu enviou uma carta à comissária europeia com o pelouro da Ciência e Inovação, Mariya Gabriel, questionando-a sobre que iniciativas tem a União em curso relativamente a estes testes. E instando a Comissão Europeia, caso ainda não o tenha feito, a investir na pesquisa e desenvolvimento destinados a avaliar a eficácia e fiabilidade dos testes e a sua eventual distribuição generalizada.

Como representantes dos cidadãos, temos todos - autoridades europeias, governos dos Estados-membros, deputados europeus e nacionais - a obrigação de não desperdiçar oportunidades.

Confesso que nunca gostei do slogan "Vai ficar tudo bem" que tem acompanhado esta pandemia. E não gostei porque este sugere que as coisas se resolverão por si. Ficará "tudo bem" se não baixarmos a guarda e se formos capazes cada vez mais de an-

tecipar os problemas e de sermos proactivos na busca de soluções.

Resolver o presente a pensar o futuro

07/10/2020 in Observador

"Se eu estivesse no lugar de António Costa, para evitar passos em falso, leria com atenção as propostas do PSD. Pode usá-las à vontade! Não são para nós. São para Portugal."

esta segunda-feira, o PSD apresentou ao país a primeira versão do seu Plano Estratégico dos Fundos Europeus. Um documento ainda em aberto, como referiu o presidente do Conselho Estratégico Nacional (CEN), Joaquim Sarmento, mas no qual está já refletido um rumo claro. Não apenas para enfrentar a crise causada pela Covid-19, mas para lançar as bases do futuro de Portugal. Não apenas contemplando as verbas do plano de recuperação, mas a totalidade dos fundos europeus a que o país terá direito nos próximos anos, incorporando o próximo quadro financeiro plurianual (QFP) nas suas linhas orientadoras.

É uma estratégia que identifica quatro grandes pilares - Competitividade e Empresas, Desenvolvimento Humano, Sustentabilidade e Energia e Serviços Públicos - e um conjunto de quinze prioridades em termos de

políticas públicas. Com números e metas concretos.

Atribui até 13 mil milhões de euros a um plano específico de recuperação e competitividade empresarial, com ênfase nos setores mais afetados pela crise, como o turismo, o calçado e têxtil, o automóvel. Projeta uma redução da carga fiscal para 32% do PIB até 2030, colocando Portugal no top cinco dos países europeus com menores custos de obrigações fiscais.

Um plano que reconhece a crónica falta de capital humano qualificado em diversos setores e que identifica o "triângulo do conhecimento" – educação, ciência, inovação – como uma base fundamental para o crescimento económico do país e a melhoria da qualidade de vida dos portugueses. Mais uma vez, com números concretos, apontando até 5,53 mil milhões de euros para a educação e reforço do desenvolvimento humano. Sem esquecer a cultura e as indústrias criativas, nem o papel crucial das competências digitais.

Uma estratégia que aponta para uma Administração Pública de excelência, amiga dos empreendedores, e um serviço público que não falha aos cidadãos na Justiça nem na Saúde. Um plano, enfim, que prevê 4,9 mil milhões de euros para a transição energética e 2,2 mil milhões para a coesão territorial.

Não é por acaso que o PSD consegue apresentar, num curto espaço de tempo, uma estratégia simultaneamente tão abrangente e detalhada. Este plano resulta de uma reflexão que vem sendo feita há vários anos pelas dezenas de especialistas de diversas áreas, de todo o país, que compõem o Conselho Estratégico Nacional. Este órgão, uma iniciativa do presidente Rui Rio, não tem paralelo no mapa político nacional. E o seu valor acrescentado torna-se evidente em momentos como este.

Em comparação, do Governo chegam-nos poucas indicações concretas. E as que transparecem - grandes obras públicas, avultados investimentos muito centralizados - nada têm de novas ou de auspiciosas. O PS recorreu a um académico e gestor extremamente competente, António Costa Silva, para o auxiliar na definição do seu próprio plano. E a "Visão Estratégica" por este produzida é um documento de reflexão bem fundamentado e que toca nos temas essenciais. Mas não é um plano de ação, porque nenhum homem o poderia produzir sozinho.

No momento em que escrevo, o partido do Governo está a ouvir alguns especialistas, sobretudo economistas, a fim de se decidir sobre a versão final do documento a entregar em Bruxelas no dia 15 deste mês. Se eu estivesse no lugar de António Costa, para evitar passos em falso, leria com atenção as propostas do PSD. Pode usá-las à vontade! Não são para nós. São para Portugal.

The risk of picking winners

20/10/2020 in The European Files

he ecosystems approach used by the European Commission for the European industrial policy is innovative. It responds to a need to be pragmatic that we all understand, especially in the current times. It also represents a novelty for the Union and the Member States. It can offer a good analysis of some of the major contributors to the European GDP, focusing on each sector's specific needs and priorities.

From another point of view, however, it can be dangerous as it risks picking winners among very different sectors and countries. Member-states have their own realities, not necessarily reflected in this set of fourteen horizontal ecosystems identified by the Commission.

No one will question the specific choices. Everyone understands the decisive importance of sectors such as Tourism, Mobility, Aeronautics, Electronics, and Health. The problem is that, when you make these choices, you are bound to leave something behind, because you overlook the horizontal ecosystem that is at the base of everything.

The industrial strategy should at least also delineate some ecosystems that apply horizontally to all the vertical value chains, aiming at boosting innovation, reducing the admi-

nistrative burden and simplifying bureaucracy and rules.

Another horizontal ecosystem should address manufacturing in general, as the digital transformation and the circular economy plans will be of transversal interest. They will invite us to re-think factories and the way we produce all sorts of goods.

Matching short-term objectives with long-term vision

My hope is that the next steps of the European approach to relaunch our economy, build an open strategic autonomy, achieve a more climate-friendly society and identify the industrial priorities will be consistent and coherent. For the time being, I do not see this goal attained.

The difficult balance between the need to act quickly and decisively and the importance of laying the foundations for our future is obvious, not just in the Industrial strategy but also on a larger scale.

Even before the Covid-19 outbreak, the European Union recognized the need to boost its global competitiveness, through policies aiming to increase the leadership in key emerging sectors related to the digital transformation or the development of the green economy.

The recovery plan is a good, even if not perfect, package of proposals that should be a pragmatic help for our economy to regain control on strategic areas and value chains. Howe-



Maria da Graça Carvalho no Hemiciclo do Parlamento Europeu em Estrasburgo (Julho de 2019)

ver, while we appreciate its ambition and the common effort that this package of measures is witnessing, we have noticed a significant unbalance between the sides of the twin transformation that the EU is undertaking. The gap in terms of investments for the green and the digital pillars of the recovery is enormous.

As many other members of the European Parliament, I find it very hard to believe that the resources pledged to the digital transition will be enough to enable the comprehensive transformation we aim to achieve.

The proposals approved by the European Council in July, on the EU's

long-term budget, the Multiannual Financial Framework (MFF), are also failing ambition and vision. The proposed figures are very bleak and unwelcoming. Namely for research and innovation, essential if we want to achieve our main goals.

The European Parliament would like to see a much higher budget dedicated to Horizon Europe.

This lack of vision and ambition is present in the overall strategic goals of the next multi-annual budget. The proposed MFF even leaves aside several areas, including some of the key emerging technologies.

Technologies that should never be overlooked in the large investments needed to build the future for our next generations.

I do not see this as a case of different perspectives. European Commission, European Council, European Parliament, in the end we all agree on what our goals should be. However, this unanimity will mean little if we do not take the necessary steps.

Recuperação económica e estratégia industrial europeia

Opinion Articles | 22/10/2020 in Ingenium

estratégia industrial, durante muito tempo afastada da agenda europeia, foi posta na ordem do dia pela atual Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen. Ainda antes da presente crise do Covid-19, no seu programa para quatro anos, a Comissão indicou a estratégia industrial e a autonomia estratégica da União Europeia como duas grandes prioridades. E a pertinência dessa aposta tornou-se ainda mais evidente com a atual crise de saúde pública, cujas consequências económicas estão à vista.

O momento que vivemos veio demonstrar essa necessidade de repensar a política industrial europeia, a questão da autonomia e aquilo a que a Comissão chama de "resiliência" da nossa indústria e o seu lugar no Mundo. O impacto sentido pela indústria deveu-se não só a causas essencialmente internas (a abrupta quebra da procura, a indisponibilidade de recursos humanos) como a razões ligadas à excessiva dependência externa. Alguns setores ficaram paralisados, não por escassez de demanda pelos seus produtos - na área dos equipamentos médicos e de saúde, por exemplo, esta até disparou - mas por dependerem de matérias--primas e de componentes importados de outras regiões do planeta.

Provou-se assim que a Comissão Europeia tinha razão no diagnóstico que fez. Ainda que existam fragilidades nas suas propostas, as quais também abordarei nestas linhas. Contudo, também temos nesta fase novos desafios à concretização da agenda de von der Leyen para a indústria.

Temos em cima da mesa um orçamento europeu bastante mais complexo do que os anteriores. O Quadro Financeiro Plurianual (MFF 2021/27), de longo prazo, coexiste com um plano de recuperação de 750 mil milhões de euros (Next Generation Europe), de duração mais curta, mais focado na resposta imediata à crise, no qual a quase totalidade das verbas é canalizada diretamente para os Estados-membros.

O plano de recuperação foi bem recebido pelo Parlamento Europeu. Era necessário. Contém soluções inovadoras, como a histórica partilha de risco, com a Comissão a ir aos mercados suportada pelo orçamento comunitário. Permitirá, enfim, dar uma resposta aos setores afetados pela crise, nomeadamente a indústria.

Contudo, ao ser acompanhado por um corte significativo no MFF, o entendimento alcançado em julho pelo Conselho Europeu veio também promover uma certa "renacionalização" das verbas comunitárias. O plano de recuperação é muito útil, porque é uma injeção de investimento nos Estados-membros, mas retira força a alguns dos principais programas de investimento no futuro. Projetos verdadeiramente europeus, feitos em consórcios com parceiros de vários países.

Entre as grandes áreas mais afetadas estão o Mercado Único, a Inovação (em particular o programa-quadro da Ciência e Inovação Horizonte Europa) e o Digital. Todas elas de enorme importância para a indústria. É contra essa fragilização do MFF que o Parlamento Europeu se tem manifestado, tendo deixado claro que não aceitará esse status quo e exigido a revisão do financiamento plurianual da União.

Assume-se que os Estados-membros seguirão as grandes linhas orientadoras europeias nos seus investimentos e que se coordenarão entre si. É isso que, espero, venha a ser feito por Portugal com as verbas a que terá acesso: consolidar setores importantes para a competitividade do País, como a Ciência, a Inovação, o Ensino Superior, a formação

e apoio às PME; identificar projetos estratégicos, como a nova onda de renovação urbana, muito baseada na eficiência energética, ou o hidrogénio. Crucial, no caso português, será desde logo a articulação com Espanha.

Mas existe o risco óbvio de que nem todos os países atuem com este sentimento de desígnio coletivo, o que poderá agravar assimetrias entre Estados-membros e dificultar a concretização dos objetivos comuns. Basta pensar naquelas que são as linhas da Estratégia Industrial Europeia e na forma como estas estão intimamente ligadas aos pilares do atual executivo europeu.

Ambiente, Digital e Autonomia

Nas prioridades da Comissão Europeia, a política e a estratégia industrial têm essencialmente três vertentes. A primeira delas diretamente ligada ao European Green Deal. Respeita a todas as transformações necessárias na indústria para salvaguardar o futuro do planeta. Essencialmente, a adaptação às exigências do combate contra as alterações climáticas, mas não só.

Tem também que ver com o ambiente. A qualidade do ar, a qualidade da água, a economia circular. Aquilo a que se chama, na linguagem de Bruxelas, o "greening". Esta é talvez a grande prioridade de von der Leyen para esta política industrial.

A segunda vertente respeita a toda a transformação industrial. A transi-

ção tem como fio condutor a ideia de uma sociedade baseada nos dados e também toda a aplicação dos processos de digitalização e a aplicação da Inteligência Artificial a cada vez mais setores industriais.

Na digitalização há uma grande ênfase nos dados. E existem ainda muitas interrogações, não apenas entre os industriais, mas também nas instituições europeias, sobre como fazer a transição. Há ainda muito pouca organização a nível europeu.

Como são armazenados os dados? Como podem ser utilizados? Há muitos dados, mas há muito poucos dados que sejam utilizados e que possam ser utilizáveis no dia-a-dia. Cada um armazena de forma diferente, não há regras comuns.

A Europa quer uma transição industrial muito baseada nos dados, quer basear a revitalização da sua indústria numa economia de dados. Mas teria sempre aqui um grande trabalho pela frente para garantir uma harmonização dos processos e a adoção de alguns standards comuns. E o processo não foi facilitado pelos acontecimentos do último ano.

A terceira vertente da estratégia industrial está relacionada com a autonomia. Ainda antes do Covid-19, começou-se a entrar num discurso,



Maria da Graça Carvalho no Parlamento Europeu em Estrasburgo (Julho de 2019)

uma novidade nas instituições europeias, defendendo que precisamos de uma nova autonomia.

Nomeadamente em relação ao Sudeste Asiático, à China e aos Estados Unidos da América. Este discurso, refira-se, pode ser um pouco preocupante, porque não podemos cair

masiado abertas, que utilizam matérias-primas e produtos de muito longe, sem que haja sequer um racional económico, muito menos ambiental, para que isso aconteça. Por vezes até nas cadeias de distribuição.

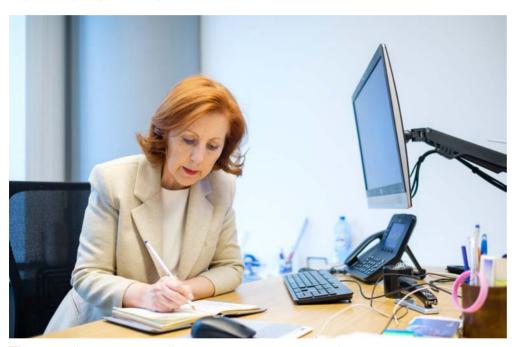
Costumo contar uma história que se passou comigo. Em Bruxelas, já duEsta excessiva globalização, estas formas tanto de produzir como de distribuir, têm de ser repensadas. E é isso que temos defendido ao nível do Parlamento Europeu. Mas não o protecionismo.

A Comissária da Concorrência, Margrethe Vestager, que é uma grande defensora da abertura ao Mundo, tem defendido ela própria uma "autonomia aberta". É um conceito no qual parece haver uma contradição, mas que passa por sermos autónomos porque investimos na nossa capacidade de inovar, de pensar, de investigar, mas continuarmos abertos ao Mundo

A importância transversal da Inovação

Aliás, nesta estratégia assente no Ambiente, Digital e Autonomia falta uma quarta vertente que, a meu ver, deve ser transversal a todas as outras: a Inovação. Há vários setores, incluindo os mais tradicionais, que terão um papel relevante na recuperação económica e cuja transformação e modernização não depende só da digitalização e do chamado processo de greening. As biotecnologias, as ciências dos materiais, todos os processos químicos, serão igualmente fundamentais. Precisamos de inovação em muitos desses setores.

Como membro da ITRE - Indústria, Investigação e Energia, a comissão do Parlamento Europeu que acompanha a indústria, tenho-me batido muito na defesa de que a melhor for-



Maria da Graça Carvalho no seu escritório, no Parlamento Europeu em Bruxelas (Janeiro de 2020)

no protecionismo. A Europa é o maior bloco exportador do Mundo e precisa de ter um equilíbrio nesta sua política de autonomia

Contudo, é evidente que há exageros na globalização. Eles têm de ser estudados e têm de ser corrigidos. Nomeadamente certas cadeias de valor e cadeias de produção que estão derante a pandemia, encomendei online alguns produtos de escritório muito simples. Uns post-its, umas pastas de plástico, clipes. Chegaram-me desde três países diferentes: uns que vinham de Espanha, outros de França e outros da Alemanha. Não há qualquer racionalidade, nem ambiental nem de ordem económica, que justifique isto.

ma de termos autonomia e de sermos resilientes em relação ao Mundo é investir nos processos inovadores e ter, portanto, uma grande capacidade de investigação, uma grande capacidade tecnológica e uma grande capacidade de inovação autónoma. Se a Europa tiver grandes centros de saber, grandes universidades, e se investir nisso, estará com certeza muito melhor preparada para uma maior autonomia industrial e uma maior autonomia em tempos de crise, sejam elas crises estritamente económicas ou uma crise de origem sanitária. como é o caso atualmente.

Contudo, e mais uma vez, um corte substancial nas propostas da Comissão Europeia para o Horizonte Europa – em relação às quais as expetativas do Parlamento Europeu eram precisamente de reforço significativo – é uma má notícia para a Europa e é uma má notícia para a indústria europeia, que precisa de ciência e inovação para se adaptar e marcar a diferença.

O risco de esquecer o todo, olhando para o pormenor

O contexto de resposta à crise do Covid-19 trouxe também um novo conceito que, pelo menos a mim, traz alguma preocupação: a noção de ecossistema vertical, de ecossistemas industriais, mas verticais. O seu objetivo principal é ajudar a organizar o financiamento da indústria na recuperação económica dos vários países europeus. O Comissário Europeu da Indústria e do Mercado Interno, o senhor Thierry Breton, desenvolveu o princípio de que

a melhor forma de se ajudar a indústria é olhar para os diversos ecossistemas industriais. E começou por identificá--los, um por um.

O primeiro é o Turismo, depois vêm a Mobilidade, Transportes e Automóvel, a Aeronáutica, o Espaço e Defesa, a Construção. Sequem-se o Agroalimentar, as Indústrias Intensivas da Energia (vidro, cerâmica, cimento, papel), o Têxtil. Um ecossistema muito interessante, e ao qual temos também no Parlamento dado grande prioridade, são as Indústrias Criativas e Culturais. Vai ser uma grande ajuda a todo esse setor. E é interessante haver este conceito de indústria criativa e cultural. A estes somam-se toda a área Digital, toda a área de Energia Renovável,

O setor de Eletrónica, o Retalho, a Economia Social e a Saúde.

Porque é que estou um pouco apreensiva com esta abordagem? Porque falta aqui considerar o ecossistema horizontal que é a base de tudo isto. Ao escolhermos estes 14, que por sinal considero terem sido bem escolhidos, estamos a deixar de fora, por exemplo, a metalomecânica. Estamos a optar, fazendo aquilo a que em Inglês se chama de "pick the winner".

Prefiro uma política industrial que tem por base o desenvolvimento de um ecossistema de inovação forte. E isto significa criar as condições de mercado, de leis laborais, de combate à burocracia, de leis fiscais favoráveis, de propriedade industrial bem concebida, de acesso ao investimento, que permitam desenvolver os vários setores sem escolher quais são os prioritários.

Numa crise tão grande como aquela em que estamos neste momento, devido ao Covid-19, considerando os entraves e os estudos realizados, a Comissão chegou à conclusão de que teria de ser muito específica na identificação das prioridades de atuação. E, portanto, optou por esta fórmula dos ecossistemas verticais. Mas não tem na sua política este envolvimento do ecossistema horizontal, que faz falta. É a base.

É natural que seja necessário identificar os ecossistemas mais afetados nalguns setores e ajudar esses setores. O setor da indústria automóvel, o setor aeronáutico, o setor da construção. Mas a base da política industrial tem de ser criar condições de mercado, de ajudas de Estado favoráveis ao desenvolvimento industrial. As políticas de ajudas de Estado nem sempre são favoráveis ao desenvolvimento industrial e, do meu ponto de vista, isso é mais importante do que olharmos verticalmente para cada um dos setores

Com esta crise, deveríamos ter uma matriz destinada a criar as condições para que a indústria se desenvolva, toda ela, e depois olhar para os setores que precisam mais de atenção. E isso teria sido importante até para não se estar a criar esta uniformização a nível europeu, porque em certos países há setores que não têm

tanta expressão e há outros que têm uma expressão muito grande.

Toda a indústria transformadora, a metalomecânica, que é muito importante em países como Portugal, não está aqui representada. Ela está representada um pouco no setor automóvel, um pouco na construção, mas não há aqui um setor vertical que a represente.

Em compensação, e no que respeita a Portugal, teremos entre MFF e plano de recuperação uma disponibilidade de verbas europeias nunca antes vista. Cabe-nos, cabe a quem nos governa e a quem nos governa e a quem nos governar até 2027, fazer as opções certas, garantindo que não perderemos mais uma vez o comboio da revolução industrial.

Contratos públicos: uma defesa para os contribuintes

Opinion Articles | 23-10-2020 in Jornal Económico

"Os países precisam urgentemente das verbas do plano de recuperação. Mas não podemos nem devemos encarar a conjuntura atual como um "livre-trânsito" para desmantelar o que levou muito tempo a consolidar."

odos os anos, as autoridades públicas consagram aos contratos públicos cerca de 14 % do PIB da União Europeia. São cerca de dois biliões de euros, investidos

em serviços, obras e fornecimento de produtos.

Este dado, anterior à atual pandemia de COVID-19, já evidencia a dimensão dos valores envolvidos. Mas se pensarmos que os Estados-Membros irão brevemente beneficiar do plano de recuperação Next Generation Europe, e que se estima que 250 mil milhões de euros serão aplicados precisamente através deste tipo de contrato, não restarão dúvidas acerca da importância de se assegurar que os investimentos terão rigor e transparência.

Movidos pela necessidade de responder rapidamente à emergência de saúde causada pelo coronavírus, muitos países europeus, entre os quais Portugal, já abalaram um dos pilares da legislação de contratação pública: o princípio de que deve ser evitado o ajuste direto entre o Estado e os fornecedores.

Fizeram-no para assegurar o abastecimento de máscaras de proteção, medicamentos e dispositivos médicos, como os ventiladores, que poderiam ajudar a combater a pandemia e fazer a diferença entre a vida ou a morte dos doentes graves.

Ninguém afirmará que essas medidas foram desnecessárias. Não havia tempo para agir de outra forma. Contudo, as várias falhas registadas – incluindo na aquisição de lotes de equipamento de qualidade duvidosa ou mesmo inúteis –, só vieram demonstrar que o ajuste direto deve continuar a ser a exceção à regra.

É importante que esse facto esteja bem presente nas cabeças dos nossos governantes, quando se preparam para dispor, com ampla margem de manobra, de um envelope financeiro crucial para combaterem a crise e relançarem as suas economias, sem poderem perder de vista as metas de combate às alterações climáticas, da digitalização, do crescimento do mercado interno, da modernização da indústria, do investimento em ciência e inovação e da qualificação das populações.

Os países precisam urgentemente das verbas do plano de recuperação. E terão de ser tomadas medidas no sentido de agilizar procedimentos, incluindo em matéria de contratação pública. Mas não podemos nem devemos encarar a conjuntura atual como um "livre-trânsito" para desmantelar o que levou muito tempo a consolidar.

A diretiva comunitária da contratação pública (2014/24/EU), é um bom diploma, que inclusivamente já contempla situações mais urgentes, através da possibilidade de se recorrer a um procedimento aberto acelerado. Nesses casos, está previsto que as entidades contratantes possam reduzir o prazo para a submissão de candidaturas a apenas quinze dias.

Esta possibilidade pode ser complementada com medidas destinadas a aliviar a carga burocrática dos procedimentos, como o recurso preferencial à contratação por via digital, através de centrais de compras, ou

a adoção de mecanismos que permitam conjugar o recurso às verbas do plano de recuperação com outras fontes de financiamento, comunitárias e nacionais.

Nada disto traduz a necessidade por alguns apregoada de um novo sistema de contratação pública. Pelo contrário: urgente é serem tomadas medidas que assegurem que a diretiva é efetivamente cumprida por todos os Estados-Membros, e que estes se empenhem cada vez mais na prevenção de casos, infelizmente ainda frequentes, de fraude e de desvios acentuados entre o produto ou serviço contratado e aquele que é fornecido.

A contratação pública, sobretudo quando feita de forma transparente, é um mecanismo fundamental para proteger o dinheiro dos contribuintes. Quanto mais fiável for o sistema, melhores propostas surgirão – incluindo das pequenas e médias empresas, muitas vezes "esmagadas" nos procedimentos –, e maior valor acrescentado será retirado pela sociedade.

Fazer chegar o dinheiro à economia é importante. Mas infinitamente mais importante – diria mesmo fundamental – é gastá-lo bem.



